

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	9
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	29
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	98

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	100
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	101
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	102

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	380.040
Preferenciais	0
Total	380.040
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	19.919.791	19.631.323
1.01	Ativo Circulante	4.246.750	4.301.772
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	297.992	421.090
1.01.02	Aplicações Financeiras	125	122
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	125	122
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	125	122
1.01.03	Contas a Receber	2.697.365	2.606.672
1.01.03.01	Clientes	2.697.365	2.606.672
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes e outros recebíveis	4.491.368	4.364.184
1.01.03.01.02	Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	-1.794.003	-1.757.512
1.01.06	Tributos a Recuperar	930.006	844.791
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	930.006	844.791
1.01.06.01.01	Impostos de renda e contribuições sociais compensáveis	163.181	139.928
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	766.825	704.863
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	321.262	429.097
1.01.08.03	Outros	321.262	429.097
1.01.08.03.01	Serviço em curso	44.023	44.894
1.01.08.03.02	Outros Créditos	130.976	119.276
1.01.08.03.03	Instrumentos financeiros derivativos - swap	0	76.903
1.01.08.03.04	Créditos a receber - subvenção e outros	146.263	188.024
1.02	Ativo Não Circulante	15.673.041	15.329.551
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	13.506.850	13.020.996
1.02.01.04	Contas a Receber	194.964	156.012
1.02.01.04.01	Contas a receber de clientes e outros recebíveis	194.964	156.012
1.02.01.07	Tributos Diferidos	991.558	980.092
1.02.01.07.01	Tributos diferidos	991.558	980.092
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	12.320.328	11.884.892
1.02.01.10.03	Outros tributos compensáveis	2.193.190	2.269.837
1.02.01.10.04	Depósitos vinculados a litígios	309.500	315.309
1.02.01.10.06	Ativo indenizável (concessão)	8.558.056	8.348.889
1.02.01.10.08	Ativos financeiros setoriais	3.010	0
1.02.01.10.09	Ativos contratuais	1.256.572	950.857
1.02.03	Imobilizado	346.632	274.857
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	346.632	274.857
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	69.359	65.053
1.02.03.01.02	Ativo de direito de uso	195.485	117.334
1.02.03.01.03	Imobilizado em andamento	81.788	92.470
1.02.04	Intangível	1.819.559	2.033.698
1.02.04.01	Intangíveis	1.819.559	2.033.698
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.483.816	1.687.787
1.02.04.01.02	Softwares	334.763	344.926
1.02.04.01.03	Bens de renda	980	985

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	19.919.791	19.631.323
2.01	Passivo Circulante	6.863.601	6.520.761
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	66.499	64.980
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	66.499	64.980
2.01.01.02.01	Salários, provisões e encargos sociais	66.499	64.980
2.01.02	Fornecedores	1.444.406	1.345.459
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.444.406	1.345.459
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	1.336.536	1.241.792
2.01.02.01.03	Partes Relacionadas	107.870	103.667
2.01.03	Obrigações Fiscais	152.420	144.800
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	35.813	48.187
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	35.813	48.187
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	103.609	83.021
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	12.998	13.592
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.567.977	3.556.613
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.567.977	3.556.613
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	3.567.977	2.875.522
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	681.091
2.01.05	Outras Obrigações	1.632.299	1.408.909
2.01.05.02	Outros	1.632.299	1.408.909
2.01.05.02.05	Instrumentos financeiros derivativos -swap	0	30.405
2.01.05.02.06	Dividendos a pagar	236.821	236.821
2.01.05.02.08	Geração Distribuída	0	61.829
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	357.520	312.935
2.01.05.02.10	Passivo financeiro setorial	488.704	261.203
2.01.05.02.11	Encargos setoriais	75.507	70.858
2.01.05.02.12	Obrigações por arrendamentos	61.767	41.998
2.01.05.02.13	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	411.980	392.860
2.02	Passivo Não Circulante	4.562.441	4.668.472
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.101.139	1.179.701
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.101.139	1.179.701
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.101.139	1.179.701
2.02.02	Outras Obrigações	2.626.959	2.705.931
2.02.02.02	Outros	2.626.959	2.705.931
2.02.02.02.04	Benefícios pós-emprego	202.514	212.839
2.02.02.02.05	Passivo Financeiro Setorial	0	53.308
2.02.02.02.06	Outras obrigações	68	141
2.02.02.02.08	Encargos setoriais	87.101	79.905
2.02.02.02.09	Obrigações por arrendamentos	145.615	85.818
2.02.02.02.10	Outras obrigações fiscais	14.011	15.077
2.02.02.02.11	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	2.177.650	2.258.843
2.02.04	Provisões	834.343	782.840
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	834.343	782.840
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	9.610	9.523
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	351.776	347.182

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	467.886	421.064
2.02.04.01.06	Outras provisões	5.071	5.071
2.03	Patrimônio Líquido	8.493.749	8.442.090
2.03.01	Capital Social Realizado	6.950.458	6.950.458
2.03.02	Reservas de Capital	23.254	23.254
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.308	2.308
2.03.02.07	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital	20.946	20.946
2.03.04	Reservas de Lucros	1.470.231	1.470.233
2.03.04.01	Reserva Legal	176.028	176.028
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.294.203	1.294.205
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	49.806	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	0	-1.855
2.03.08.02	Instrumentos financeiros derivativos - swap	0	-1.855

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.307.716	2.055.408
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.858.828	-1.620.011
3.03	Resultado Bruto	448.888	435.397
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-173.633	-156.392
3.04.01	Despesas com Vendas	-5.938	-5.725
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-80.788	-81.997
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-108.830	-100.926
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	21.923	32.256
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	275.255	279.005
3.06	Resultado Financeiro	-231.862	-235.025
3.06.01	Receitas Financeiras	59.225	56.977
3.06.01.01	Receitas financeiras	59.355	56.952
3.06.01.02	Variações cambiais, líquidas	-130	25
3.06.02	Despesas Financeiras	-291.087	-292.002
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-291.087	-292.002
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	43.393	43.980
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	6.413	-15.630
3.08.01	Corrente	-6.009	-4.273
3.08.02	Diferido	12.422	-11.357
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	49.806	28.350
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	49.806	28.350
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,1279	0,1116

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	49.806	28.350
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.855	8.294
4.02.03	Ganho (perda) em instrumentos financeiros	2.811	12.567
4.02.04	Tributos diferidos sobre Ganho (perda) em instrumento financeiro derivativos	-956	-4.273
4.03	Resultado Abrangente do Período	51.661	36.644

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	343.231	295.846
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	449.014	455.532
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	49.806	28.350
6.01.01.02	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	36.491	57.505
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	219.396	194.469
6.01.01.04	Provisão para processos judiciais e outros riscos	44.076	52.405
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias Provisionados	153.267	181.482
6.01.01.06	Marcação a mercado de ativo indenizável	-161.831	-118.176
6.01.01.07	Valor Residual do ativo Imobilizado e ativo Intangível baixado	1.150	650
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-12.422	11.357
6.01.01.09	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	4.549	7.842
6.01.01.11	Ativos e passivos financeiros setoriais	-24.441	-41.434
6.01.01.12	Perda de recebíveis de clientes	74.443	43.421
6.01.01.13	Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	29.848	26.118
6.01.01.14	Instrumentos financeiros derivativos - marcação a mercado	524	-561
6.01.01.15	Marcação a mercado da dívida	-596	-686
6.01.01.16	Variações cambiais da dívida	-25.030	12.790
6.01.01.17	Atualização monetária de processos judiciais	59.784	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-84.809	-148.319
6.01.02.01	Consumidores e outras contas a receber	-240.579	-157.171
6.01.02.02	Subvenção CDE - Desconto Tarifário	41.761	-24.956
6.01.02.03	Encargos setoriais	11.845	441
6.01.02.04	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-62.073	-81.948
6.01.02.05	Tributos a Compensar	14.685	80.601
6.01.02.06	Ativo financeiro setorial	-3.010	41.434
6.01.02.07	Depositos Vinculados a Litígios	5.809	-8.859
6.01.02.08	Outros Créditos	-11.700	6.815
6.01.02.09	Fornecedores	98.947	19.223
6.01.02.10	Folha de Pagamento	1.519	4.658
6.01.02.11	Passivos Financeiros Setoriais	198.634	161.197
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social a pagar	0	4.273
6.01.02.13	Geração Distribuída	-61.829	0
6.01.02.14	Pagamento das Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-52.357	-70.854
6.01.02.15	Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	-19.679	-25.079
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	-23.253	-11.271
6.01.02.17	Serviço em Curso	871	-263
6.01.02.18	Pagamento de juros de instrumento financeiro derivativo	-35.464	-45.384
6.01.02.19	Outras obrigações fiscais	6.554	-60.694
6.01.02.20	Outros Passivos	44.510	19.518
6.01.03	Outros	-20.974	-11.367
6.01.03.01	Pagamento de juros de arrendamento	-6.100	-3.903
6.01.03.03	Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	-14.874	-7.464

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-337.312	-275.070
6.02.01	Titulos e valores mobiliários	-3	-1.241
6.02.02	Aplicações no Intangível e Imobilizado	-337.309	-273.829
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-129.017	230.595
6.03.03	Captação de Empréstimos e Financiamentos	468.516	990.778
6.03.04	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos (principal)	-636.505	-750.000
6.03.05	Pagamento de arrendamentos financeiros (principal)	-15.429	-10.183
6.03.06	Recebimento de instrumento financeiro derivativo	54.401	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-123.098	251.371
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	421.090	65.262
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	297.992	316.633

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.950.458	23.254	1.470.233	0	-1.855	8.442.090
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.950.458	23.254	1.470.233	0	-1.855	8.442.090
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	49.806	1.855	51.661
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	49.806	0	49.806
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.855	1.855
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	2.811	2.811
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-956	-956
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.950.458	23.254	1.470.233	49.806	0	8.493.751

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.438.230	23.254	912.095	0	-32.699	5.340.880
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.438.230	23.254	912.095	0	-32.699	5.340.880
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.350	8.294	36.644
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.350	0	28.350
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	8.294	8.294
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	12.567	12.567
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-4.273	-4.273
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.438.230	23.254	912.095	28.350	-24.405	5.377.524

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	3.428.881	3.134.052
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.099.849	2.892.657
7.01.02	Outras Receitas	21.923	32.256
7.01.02.02	Outras Receitas	21.923	32.256
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	341.496	266.644
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-34.387	-57.505
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.799.745	-1.589.173
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.681.453	-1.467.624
7.02.04	Outros	-118.292	-121.549
7.02.04.02	Custo de construção	-118.292	-121.549
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.629.136	1.544.879
7.04	Retenções	-219.396	-194.469
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-219.396	-194.469
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.409.740	1.350.410
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	59.355	70.072
7.06.02	Receitas Financeiras	59.355	70.072
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.469.095	1.420.482
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.469.095	1.420.482
7.08.01	Pessoal	82.992	72.083
7.08.01.01	Remuneração Direta	52.418	47.833
7.08.01.02	Benefícios	14.204	9.290
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.375	3.264
7.08.01.04	Outros	12.995	11.696
7.08.01.04.01	Outros encargos sociais	3.767	3.490
7.08.01.04.02	Convênio assistencial e outros benefícios	2.937	1.640
7.08.01.04.03	Participação nos resultados	6.291	6.566
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.027.805	1.029.337
7.08.02.01	Federais	346.538	440.411
7.08.02.02	Estaduais	678.818	587.207
7.08.02.03	Municipais	2.449	1.719
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	308.492	290.712
7.08.03.01	Juros	316.137	305.097
7.08.03.02	Aluguéis	-7.645	-14.385
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	49.806	28.350
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	49.806	28.350

Comentário do Desempenho

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2025 – A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Enel Distribuição Rio” ou “Companhia”) anuncia os seus resultados do primeiro trimestre (“1T25”). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente.

DESTAQUES

DESTAQUES DO PERÍODO

	1T25	1T24	Var. %	4T24	Var. % (1)
Receita Bruta (R\$ mil)	3.441.345	3.159.301	8,9%	3.497.871	-1,6%
Receita Líquida (R\$ mil)	2.307.716	2.055.408	12,3%	2.412.889	-4,4%
EBITDA (2) (R\$ mil)*	484.298	463.669	4,4%	541.137	-10,5%
Margem EBITDA (%)*	20,99%	22,56%	-1,57 p.p	22,43%	-1,44 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	24,63%	25,92%	-1,29 p.p	26,76%	-2,13 p.p
EBIT (3) (R\$ mil)*	275.255	279.005	-1,3%	324.743	-15,2%
Margem EBIT (%)*	11,93%	13,57%	-1,64 p.p	13,46%	-1,53 p.p
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	49.806	28.350	75,7%	706.812	-93,0%
Margem Líquida	2,16%	1,38%	0,78 p.p	29,29%	-27,13 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	2,53%	1,58%	0,95 p.p	34,95%	-32,42 p.p
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	3.272	3.214	1,8%	2.937	11,4%
CAPEX (R\$ mil)*	314.093	285.448	10,0%	371.923	-15,5%
DEC (12 meses)*	8,40	9,46	-11,2%	9,14	-8,1%
FEC (12 meses)*	4,75	4,30	10,5%	4,60	3,3%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	95,88%	95,93%	-0,05 p.p	95,73%	0,15 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	24,74%	23,13%	1,61 p.p	23,88%	0,86 p.p
PMSO (4)/Consumidor*	123,54	125,73	-1,7%	101,13	<-100,0%

(1) Variação entre 1T25 e 4T24

(2) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização, (3) EBIT: Resultado do Serviço e (4) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

A Enel Distribuição Rio fornece energia elétrica a 66 municípios distribuídos em 32.615 km², o que corresponde, aproximadamente, a 75% do território do Estado do Rio de Janeiro. A base comercial da Companhia compreende aproximadamente 3,2 milhões de consumidores e envolve uma população estimada de aproximadamente 6,5 milhões de habitantes¹.

DADOS GERAIS*

	1T25	1T24	Var. %
Linhas de Distribuição (Km)	59.202	58.834	0,6%
Linhas de Transmissão (Km)	3.764	3.704	1,6%
Subestações (Unid.)	133	132	0,8%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	12.053	11.754	2,5%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	3,44%	3,43%	0,01 p.p
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (3)	2,14%	2,18%	-0,04 p.p

(2) Estimativa do número de consumidores Brasil de acordo com a ABRADEE

(3) Estimativa do volume de energia Brasil de acordo com a EPE



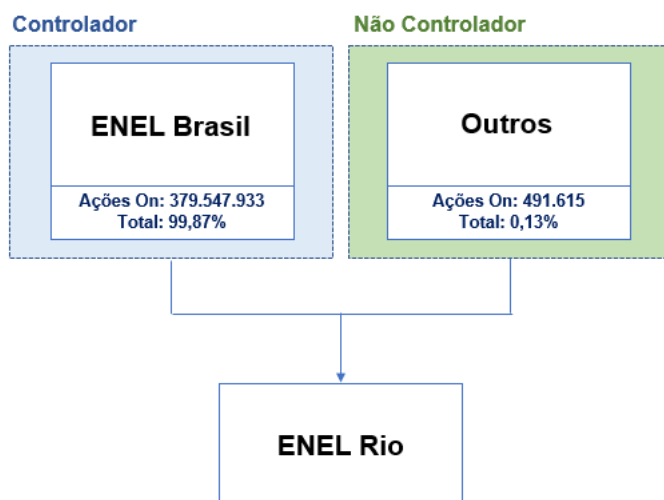
* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 1T25.

¹ Número de Habitantes de acordo com o último censo realizado em 2022 pelo IBGE.

Comentário do Desempenho

Organograma Societário Simplificado

Posição em 31 de março de 2025



3

DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado de Energia*

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	1T25	1T24	Var. %	4T24	Var. % (1)
Mercado Cativo	3.151.806	3.091.950	1,9%	3.106.735	1,5%
Residencial - Convencional	2.246.943	2.194.154	2,4%	2.203.618	2,0%
Residencial - Baixa Renda	674.531	671.549	0,4%	673.941	0,1%
Industrial	3.570	3.529	1,2%	3.526	1,2%
Comercial	142.065	137.668	3,2%	141.046	0,7%
Rural	64.130	64.938	-1,2%	64.161	-0,0%
Setor Público	20.567	20.112	2,3%	20.443	0,6%
Clientes Livres	3.926	2.431	61,5%	3.636	8,0%
Industrial	467	311	50,2%	428	9,1%
Comercial	3.044	1.789	70,2%	2.844	7,0%
Rural	32	36	-11,1%	30	6,7%
Setor Público	374	293	27,6%	328	14,0%
Residencial	9	2	>100,0%	6	50,0%
Revenda	6	6	-	12	-50,0%
Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados	3.155.738	3.094.387	2,0%	3.110.383	1,5%

(1) Variação entre 1T25 e 4T24

O número de consumidores efetivos faturados apresentou um aumento de 2,0% em relação ao registrado no 1T25 quando comparado ao mesmo período no ano anterior.

Já os clientes livres, continuaram com a tendência de crescimento, com aumento de 61,5% no trimestre, refletindo a migração de clientes do mercado cativo, que se intensificou após a abertura do mercado livre para os clientes do Grupo A, a partir de janeiro de 2024.

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 1T25.

Comentário do Desempenho

Venda e Transporte de Energia na Área de Concessão

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	1T25	1T24	Var. %	4T24	Var. % (1)
Mercado Cativo	2.169	2.210	-1,9%	1.874	15,7%
Clientes Livres	995	891	11,7%	952	4,5%
Revenda	99	104	-4,8%	103	-3,9%
Consumo Próprio	9	9	-	8	12,5%
Total - Venda e Transporte de Energia	3.272	3.214	1,8%	2.937	11,4%

(1) Variação entre 1T25 e 4T24

Mercado Cativo

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	1T25	1T24	Var. %	4T24	Var. % (1)
Residencial - Convencional	1.142	1.124	1,6%	1.087	5,1%
Residencial - Baixa Renda	381	342	11,4%	167	>100,0%
Industrial	26	32	-18,8%	27	-3,7%
Comercial	318	375	-15,2%	295	7,8%
Rural	35	39	-10,3%	33	6,1%
Setor Público	267	299	-10,7%	266	0,4%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	2.169	2.210	-1,8%	1.874	15,7%

(1) Variação entre 1T25 e 4T24

No 1T25, o total de venda de energia no mercado cativo registrou uma redução de 1,8% em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior, reflexo principalmente do efeito da migração para o mercado livre.

A classe de consumo residencial convencional apresentou aumento de 1,6% no trimestre ano contra ano, enquanto a classe residencial baixa renda, registrou um aumento de 11,4% no 1T25 quando comparado ao 1T24, reflexo da maior temperatura comparado ao ano anterior.

A redução de 18,8% no consumo da classe industrial e 15,2% na classe comercial no 1T25 em comparação ao 1T24, refletem a migração de clientes para o mercado livre, impulsionado pela abertura do mercado livre para os clientes do Grupo A, a partir de janeiro de 2024.

A classe rural apresentou uma queda de 10,3% no trimestre ano contra ano, reflexo da redução no consumo de serviços públicos e iluminação pública.

O aumento da geração distribuída também impactou negativamente o consumo do mercado cativo como um todo.

Clientes Livres

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	1T25	1T24	Var. %	4T24	Var. % (1)
Industrial	530	531	-0,2%	535	-0,9%
Comercial	326	249	30,9%	289	12,8%
Rural	29	30	-3,3%	26	11,5%
Setor Público	109	80	36,3%	102	6,9%
Residencial	1	1	-	1	-
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	995	891	11,7%	952	4,5%

(1) Variação entre 1T25 e 4T24

O consumo de energia para o mercado livre apresentou um aumento de 11,7% no 1T25 comparado ao mesmo trimestre do ano passado e 4,5% no 1T25 em comparação ao 4T24 em razão do crescimento do número de clientes no setor comercial e setor público, impulsionada pela migração de clientes para o mercado livre além do melhor desempenho econômico no varejo, contribuindo para o aumento do consumo.

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 1T25.

Comentário do Desempenho

Compra de Energia*

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	1T25	1T24	Var. %	4T24	Var. % (1)
Itaipu	449	467	-3,9%	470	-4,47%
Angra I e II	91	93	-2,2%	94	-3,2%
PROINFA	47	49	-4,1%	46	2,2%
Leilão e Quotas	2.580	2.388	8,0%	2.572	0,3%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	3.166	2.996	5,7%	3.182	-0,5%
Liquidação na CCEE	395	430	-8,1%	(180)	<-100,0%
Total - Compra de Energia	3.562	3.425	4,0%	3.002	18,7%

(1) Variação entre 1T25 e 4T24

Balanço de Energia*

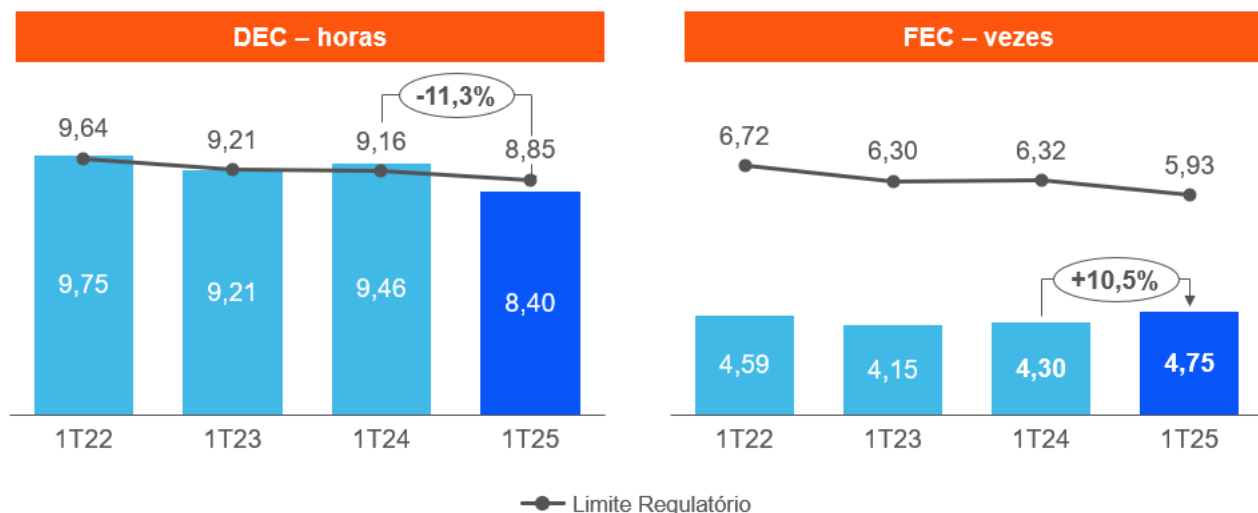
BALANÇO DE ENERGIA*

	1T25	1T24	Var. %	4T24	Var. % (1)
Energia requerida (GWh)	4.854	4.563	6,4%	4.231	14,7%
Energia fornecida (GWh)	3.501	3.424	2,2%	3.115	12,4%
Mercado Cativo	2.432	2.457	-1,0%	2.085	16,6%
Mercado Livre	1.069	966	10,7%	1.030	3,8%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (GWh)	1.353	1.139	18,8%	1.116	21,2%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (%)	27,88%	24,96%	2,92 p.p	26,37%	1,51 p.p

(1) Variação entre 1T25 e 4T24

INDICADORES OPERACIONAIS

Qualidade do Fornecimento*

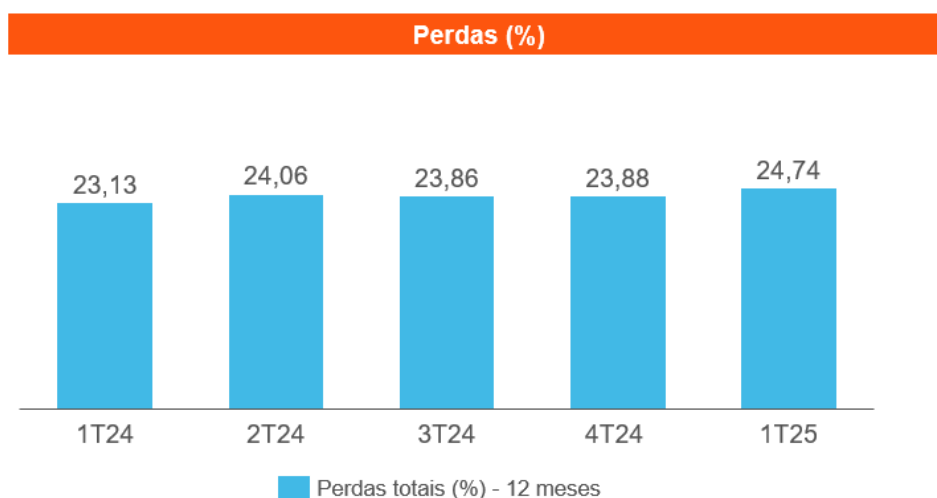


Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia.

No 1T25, considerando os últimos 12 meses, os indicadores DEC e FEC apresentaram uma redução de 11,3% e aumento de 10,5% respectivamente em relação ao mesmo período em 2024. A melhoria observada no indicador de qualidade DEC, reflete, principalmente, as iniciativas da Companhia voltadas para melhoria da qualidade dos serviços, que englobam melhorias na infraestrutura da rede.

Ainda assim, destaca-se que os níveis de DEC e FEC registrados no período estão dentro dos limites regulatórios estabelecidos na revisão tarifária (DEC: 8,85 / FEC: 5,93).

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 1T25.

Comentário do Desempenho**Disciplina de Mercado***

As perdas de energia TAM2 – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram o valor de 24,74% no 1T25, um aumento de 1,61 p.p. em relação às perdas registradas no 1T24 que foram de 23,13%.

Devido às grandes elevações da temperatura máxima (+1,4°C entre 1T25 vs. 1T24 - Dados LTM) ocasionadas pelas ondas de calor, verificou-se um aumento significativo das perdas de energia, principalmente nas áreas de risco cujo impacto foi de + 0,75 p.p. . O clima mais quente resultou em maior consumo de energia na baixa tensão, principalmente devido ao uso de climatizadores, o que contribuiu para um aumento de 0,40 p.p. nas perdas técnicas.

As perdas fora a área de risco (desconsiderando os efeitos das grandes elevações de temperatura) seguem em redução, mantendo a tendencia dos últimos anos e comprovando o sucesso das medidas adotadas para minimizar as perdas nas localidades com acesso.

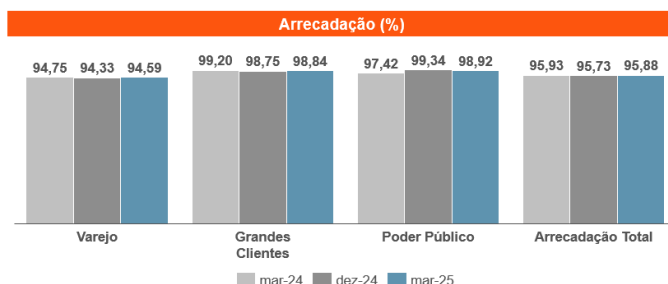
O plano de combate às perdas de energia da Enel mantém suas ações nos pilares de prevenção e recuperação da receita. Dentre as principais ações promovidas, incluindo os esforços com a população de baixa renda, destacam-se: (i) Inspeções de fraude: tem por objetivo identificar instalações com erros de medição, seja por defeitos nos equipamentos ou por ações de terceiros forjando a medição. (ii) Programa de recuperação de instalações cortadas/autoreligadas ou sem contrato ativo (operações do ciclo comercial): tem por objetivo recuperar as instalações de clientes cortados por inadimplência ou contrato inativo e que, ao não efetuarem a quitação dos débitos pendentes ou sem contrato, passam a consumir energia de forma irregular. (III) Regularização de ligações informais (clandestinas): Tem por objetivo transformar consumidores clandestinos em clientes regulares. Com essas ações de recuperação de energia obteve-se um incremento no mercado faturado de 103 GWh de energia no 1T25.

² O cálculo de perdas reflete as perdas regulatórias calculadas pela Aneel. Os dados utilizados para o cálculo são extraídos diretamente do relatório SAMP (Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica /SIASE (Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico) e estão passíveis de ajustes posteriores por parte da Aneel através de Ofícios e/ou PRORET 10.2.

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 1T25.

Comentário do Desempenho

Arrecadação*



Em relação ao indicador de arrecadação, o mesmo registrou uma queda de 0,05 pontos percentuais no 1T25 versus 1T24, reflexo da menor arrecadação no varejo e grandes clientes, compensado parcialmente pela melhora no segmento do poder público, com aumento da arrecadação das faturas correntes de clientes com histórico de inadimplência.

No Varejo, identifica-se variação ocasionada pela maior representatividade de clientes com consumo não regular (CNR) no faturamento do período. Já no segmento de Poder Público, o efeito positivo ocorre pela melhora no relacionamento com agentes públicos, em especial com o poder público municipal.

Destaca-se que a Companhia mantém constantemente a realização de ações para reduzir os níveis de inadimplência, tais como ações de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, parcelamento de faturas e canal de negociação online para liquidação de valores em aberto.

5 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Operacional Líquida

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R\$ MIL)

	1T25	1T24	Var. %	4T24	Var. % (1)
Fornecimento de Energia	2.457.621	2.394.342	2,6%	2.299.509	6,9%
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	353.261	286.753	23,2%	330.601	6,9%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(32.602)	(26.135)	24,7%	(31.337)	4,0%
Subvenção baixa renda	81.414	69.949	16,4%	70.735	15,1%
Subvenção de recursos da CDE	102.837	79.661	29,1%	163.350	-37,0%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo e Livre	2.962.531	2.804.570	5,6%	2.832.858	4,6%
Ativos e passivos financeiros setoriais	(52.807)	(32.267)	63,7%	78.756	<-100,0%
Receita de Construção	341.496	266.644	28,1%	390.582	-12,6%
Marcação a mercado de ativo indenizável	161.834	118.176	36,9%	119.124	35,9%
Outras Receitas	28.291	2.178	>100,0%	76.551	-63,0%
Total - Receita Operacional Bruta	3.441.345	3.159.301	8,9%	3.497.871	-1,6%
ICMS	(678.818)	(587.207)	15,6%	(591.923)	14,7%
PIS	(35.809)	(35.846)	-0,1%	(39.402)	-9,1%
COFINS	(164.938)	(165.466)	-0,3%	(181.489)	-9,1%
ISS	(968)	(1.259)	-23,1%	(931)	4,0%
Total - Tributos	(880.533)	(789.778)	11,5%	(813.745)	8,2%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(229.884)	(294.881)	-22,0%	(186.563)	23,2%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(18.113)	(17.002)	6,5%	(19.068)	-5,0%
Encargos do consumidor - CCRBT	(2.587)	24	<-100,0%	(63.094)	-95,9%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(2.512)	(2.256)	11,3%	(2.512)	-
Total - Encargos Setoriais	(253.096)	(314.115)	-19,4%	(271.237)	-6,7%
Total - Deduções da Receita	(1.133.629)	(1.103.893)	2,7%	(1.084.982)	4,5%
Total - Receita Operacional Líquida	2.307.716	2.055.408	12,3%	2.412.889	-4,4%
Total - Receita Operacional Líquida desc. Receita de Construção	1.966.220	1.788.764	9,9%	2.022.307	-2,8%

(1) Variação entre 1T25 e 4T24

A receita operacional líquida da Enel Distribuição Rio registrou um aumento de 12,3% no 1T25 em relação ao mesmo trimestre do ano passado. Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia alcançou o montante de R\$ 2,0 bilhões no 1T25, o que representa um aumento de 9,9% (R\$ 177,5 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de R\$ 1,8 bilhão. Essa variação pode ser explicada principalmente por:

- Aumento de R\$ 158,0 milhões na linha de Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo e Livre reflexo do maior consumo de energia no 1T25 versus 1T24;

Comentário do Desempenho

- Aumento de R\$ 43,7 milhões na rubrica de marcação a mercado de ativo indenizável em função da maior inflação registrada no período.

Tais efeitos foram compensados parcialmente por:

- Aumento do efeito negativo na linha de ativos e passivos financeiros setoriais na ordem de R\$ 20,5 milhões relacionado à: (i) menor compra no mercado de curto prazo; (ii) redução de custos de encargo do sistema e alterações nas cotas de CDE e PROINFA conforme homologação ANEEL; (iii) novos montantes a amortizar homologados em cada ciclo tarifário; (iv) redução dos montantes de PIS/COFINS conforme homologação ANEEL.

Custos e Despesas Operacionais

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	1T25	1T24	Var. %	4T24	Var. % (1)
Custos e despesas não gerenciáveis					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(794.893)	(619.868)	28,2%	(916.922)	-13,3%
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão	(319.088)	(340.652)	-6,3%	(289.675)	10,2%
Total - Não gerenciáveis	(1.113.981)	(960.520)	16,0%	(1.206.597)	-7,7%
Custos e despesas gerenciáveis					
Pessoal	(58.949)	(58.323)	1,1%	(59.341)	-0,7%
Material e Serviços de Terceiros	(159.482)	(173.380)	-8,0%	(176.697)	-9,7%
Depreciação e Amortização (D&A)	(209.043)	(184.664)	13,2%	(216.394)	-3,4%
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(36.491)	(57.505)	-36,5%	39.303	<-100,0%
Custo de Construção	(341.496)	(266.644)	28,1%	(390.582)	-12,6%
Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	(34.777)	(43.098)	-19,3%	(19.695)	76,6%
Perda de recebíveis de clientes	(72.339)	(43.421)	66,6%	(59.386)	21,8%
Receita de multa por impuntualidade de clientes	21.923	24.495	-10,5%	39.985	-45,2%
Outras receitas/despesas operacionais	(27.826)	(13.343)	>100,0%	(38.742)	-28,2%
Total - Gerenciáveis	(918.480)	(815.883)	12,6%	(881.549)	4,2%
Total - Gerenciáveis desc. Custo de construção e D&A	(367.941)	(364.575)	0,9%	(274.573)	34,0%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(2.032.461)	(1.776.403)	14,4%	(2.088.146)	-2,7%

(1) Variação entre 1T25 e 4T24

Os custos e despesas operacionais no 1T25 apresentaram um aumento de 14,4% (R\$ 256,1 milhões) em relação ao 1T24. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesas operacionais da Companhia alcançaram o montante de R\$ 1,7 bilhão no 1T25, o que representa um aumento de 12,0% (R\$ 181,2 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Custos e Despesas Não Gerenciáveis, totalizaram R\$ 1,1 bilhão, montante 16,0% superior em relação ao valor registrado no 1T24 (R\$ 960,5 milhões), particularmente em razão do aumento da energia comprada para revenda em R\$ 175,0 milhões em razão do aumento no custo de energia no 1T25 versus 1T24.

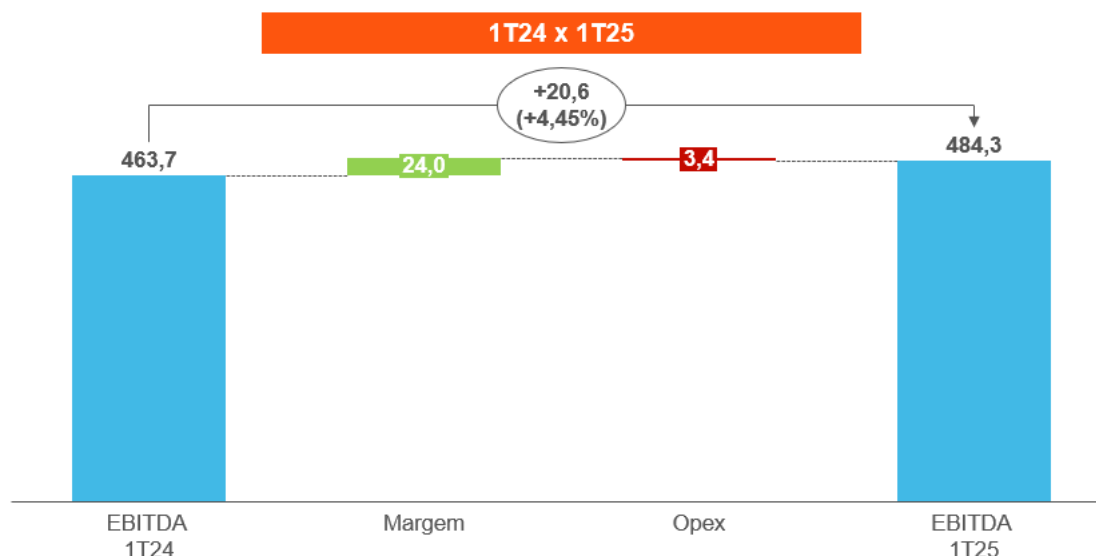
Os Custos e Despesas Gerenciáveis no 1T25, excluindo o efeito de custo de construção, apresentaram aumento de R\$ 27,7 milhões. As principais variações podem ser explicadas pelo:

- Aumento de R\$ 28,9 milhões em Perda de Recebíveis de Clientes em razão de write-off da dívida;
- Aumento de R\$ 24,4 milhões em depreciação e amortização relacionado ao incremento na base de ativos da Companhia, além do efeito relacionado à proximidade do final da concessão, quando os montantes amortizados tendem a aumentar;
- Aumento de R\$ 14,5 milhões em outras receitas/despesas operacionais.

Tais efeitos foram parcialmente compensados por (i) redução de R\$ 21,0 milhões na linha de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, explicada principalmente por negociação de dívidas, incluindo ações de parcelamento, e (ii) e pela redução de R\$ 13,9 milhões em Material e Serviços de Terceiros.

Comentário do Desempenho

EBITDA*



O EBITDA da Enel Rio no 1T25 atingiu o montante de R\$ 484,3 milhões, o que representa um aumento de R\$ 20,6 milhões em relação ao 1T24 em decorrência principalmente da melhora da margem, em função principalmente do aumento do fornecimento de Energia Elétrica e da marcação a mercado de ativo indenizável.

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	1T25	1T24	Var. %	4T24	Var. % (1)
Receitas Financeiras					
Renda de Aplicação Financeira	4.133	5.249	-21,3%	5.671	-27,1%
Juros e atualização financeira por impontualidade de clientes	9.270	9.462	-2,0%	8.607	7,7%
Dívida - Marcação a mercado	596	686	-13,1%	(308)	<-100,0%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	-	561	-100,0%	1.840	-100,0%
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	24.441	41.434	-41,0%	19.212	27,2%
Outras receitas financeiras	25.998	4.517	>100,0%	14.286	82,0%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(5.083)	(4.957)	2,5%	(4.147)	22,6%
Total - Receitas Financeiras	59.355	56.952	4,2%	45.161	31,4%
Despesas financeiras					
Dívida - Marcação a mercado	-	-	-	-	-
Encargo de dívidas e mútuos	(146.095)	(153.949)	-5,1%	(147.031)	-0,6%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(59.784)	(24.327)	>100,0%	(1.314)	>100,0%
Encargo de fundo de pensão	(3.602)	(7.163)	-49,7%	(7.162)	-49,7%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(5.322)	(38.898)	-86,3%	(22.566)	-76,4%
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	(24.345)	(34.239)	-28,9%	(16.669)	46,0%
Outras despesas financeiras	(51.939)	(33.426)	55,4%	(31.230)	66,3%
Total - Despesas Financeiras	(291.087)	(292.002)	-0,3%	(225.972)	28,8%
Variações Cambiais	(130)	25	<-100,0%	(240)	-45,8%
Variações cambiais - Empréstimos	25.030	(12.790)	<-100,0%	(67.666)	<-100,0%
Variações cambiais - Instrumentos Financeiros de Hedge	(25.050)	12.780	<-100,0%	67.668	<-100,0%
Outras Variações Cambiais	(110)	35	<-100,0%	(242)	-54,5%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(231.862)	(235.025)	-1,3%	(181.051)	28,1%

(1) Variação entre 1T25 e 4T24

O resultado financeiro líquido da Companhia apresentou uma despesa líquida de R\$ 231,9 milhões, uma redução de R\$ 3,2 milhões em relação ao registrado no 1T24. Essa variação é explicada pela:

- Redução de despesa líquida no total de R\$ 40,7 milhões nas rubricas de dívida (Dívida – Marcação a mercado, instrumento financeiro derivativo hedge/swap, encargos de dívidas e mútuos, variações cambiais – empréstimos

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

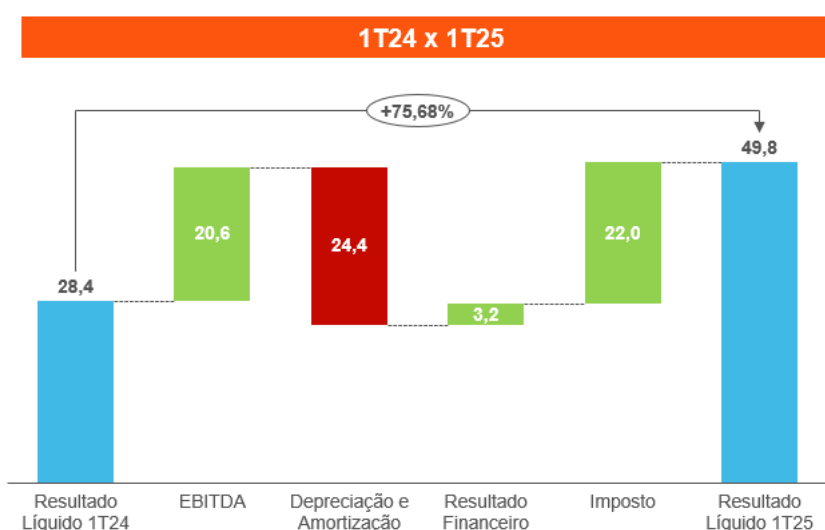
e variações cambiais – instrumentos financeiros de hedge) decorrente da redução no volume de dívida da Companhia;

- Aumento de R\$ 21,5 milhões em outras receitas financeiras devido a maior geração de receita oriunda de atualização de créditos tributários;

Tal efeito foi compensado parcialmente por:

- Aumento de despesa líquida de R\$ 7,0 milhões nas despesas relacionadas à atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais;
- Aumento de R\$ 35,4 milhões na rubrica de atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, em decorrência de atualização de provisões cíveis, reflexo de movimentações processuais;
- Aumento de R\$ 18,5 milhões em outras despesas financeiras em razão de decisão judicial desfavorável relacionado a processo tributário.

Resultado Líquido



O resultado líquido da Enel Rio registrou lucro de R\$ 49,8 milhões no 1T25, o que representa uma melhora de R\$ 21,4 milhões em relação ao 1T24 em decorrência principalmente da melhora do EBITDA e da linha de impostos, compensados parcialmente pela piora na linha de Depreciação e Amortização.

Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	1T25	1T24	Var. %	4T24	Var. % (1)
Dívida bruta (R\$ mil)	4.669.116	6.596.571	-29,2%	4.689.816	-0,4%
Dívida com Terceiros	-	557.505	-100,0%	321.112	-100,0%
Dívida Intercompany	4.669.116	6.039.066	-22,7%	4.368.704	6,9%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	298.117	438.876	-32,1%	421.212	-29,2%
Dívida líquida (R\$ mil)	4.370.999	6.157.695	-29,0%	4.268.604	2,4%
Dívida Bruta / EBITDA(2)*	2,08	3,49	-40,4%	2,10	-1,0%
Dívida Líquida / EBITDA(2)*	1,94	3,26	-40,5%	1,91	1,6%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,35	0,55	-35,6%	0,36	-0,7%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,34	0,53	-36,3%	0,34	1,2%

(1) Variação entre 1T25 e 4T24;

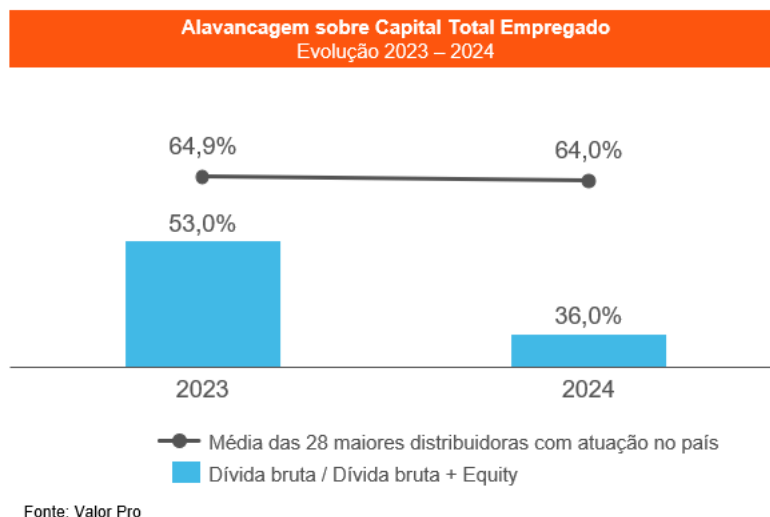
(2)* EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações (acumulado nos últimos 12 meses) + Provisões para crédito de liquidação duvidosa + Recuperação/perda de recebíveis de clientes + Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A dívida bruta da Companhia reduziu R\$ 1.927 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente por: (i) amortizações em torno de R\$ 1.582 milhões, pagamento de encargos em aproximadamente R\$ 235 milhões, e capitalização de mútuos no valor de R\$ 1.249 milhões; compensados por (ii) novas captações no montante de R\$ 468 milhões para capital de giro e refinanciamento de dívidas, os quais referem-se a mútuos

Comentário do Desempenho

com sua controladora Enel Brasil e outras empresas do grupo no Brasil; (iii) provisão de encargos e variações monetárias de R\$ 712 milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste negativo relacionado aos SWAPs de dívidas vigentes no valor de R\$ 41 milhões.

A alavancagem da Enel Rio atingiu o menor patamar dos últimos 10 anos. Após o aporte de capital realizado recentemente pelo controlador no montante de R\$2,5 bilhões, a Companhia apresenta uma Alavancagem sobre o Capital Total Empregado de 36% em 2024 contra 53% em comparação ao ano anterior. O indicador é o mais baixo entre as maiores distribuidoras que atuam no país, sendo cerca de 28 p.p. inferior à média da amostra.



A Enel Distribuição Rio encerrou 1T25 com o custo médio de dívida de 14,54% a.a.

Classificação de Riscos (Rating)

Em 27 de agosto de 2024, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

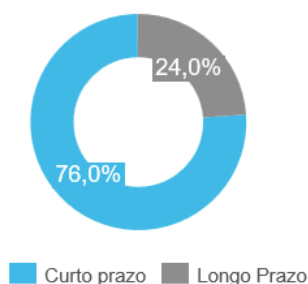
Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 31 de março de 2025 é de R\$ 80 milhões. Adicionalmente, a Companhia possui autorização da Aneel para a realização de mútuos com partes relacionada, conforme Despachos N°s 2.979/2018, 1.923/2020, 647/2021, 902/2021 e 3.754/2021, no valor vigente de R\$ 4.068 milhões. A Companhia está buscando junto ao Regulador ampliar o limite para operações de mútuos financeiros nos próximos anos.

Do total de dívida no passivo circulante, parte significativa refere-se a créditos com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 3.276 milhões, que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados caso seja necessário. A Companhia conta também com o apoio financeiro da Holding do grupo (Enel Spa) que, por meio da Enel Finance International (EFI), disponibiliza recursos para financiar investimentos e capital de giro.

Comentário do Desempenho

Abertura da Dívida Bruta - CP e LP
Posição Final em Mar/25



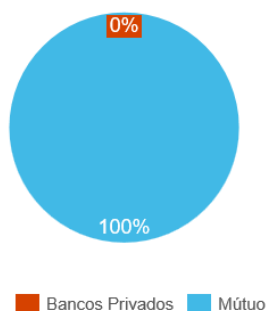
Abertura da Dívida Bruta - Moedas
Posição Final em Mar/25



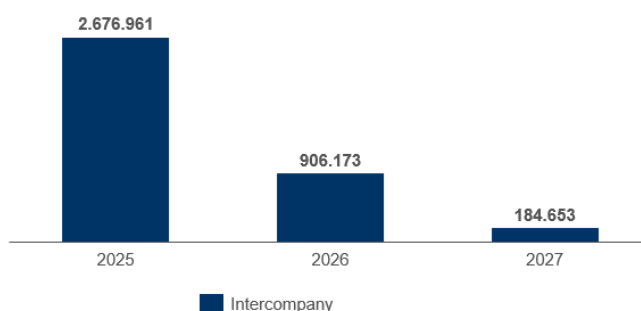
Abertura da Dívida Bruta - Indexadores
Posição Final em Mar/25



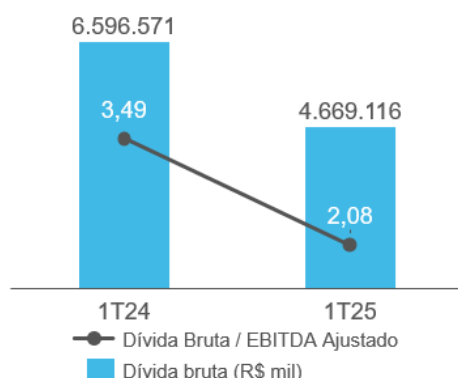
Abertura da Dívida Bruta - Credor
Posição Final em Mar/25



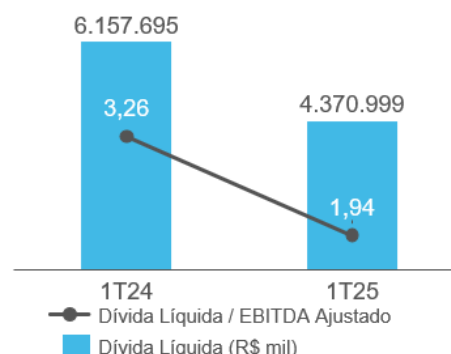
Curva de Amortização de saldo de dívida com SWAP (R\$ Mil)
Posição Final em Mar/25



Dívida Bruta (R\$ Mil) e Dívida Bruta / EBITDA (Vezes)
Evolução 1T24 – 1T25



Dívida Líquida (R\$ Mil) e Alavancagem (Vezes)
Evolução 1T24 – 1T25



Investimentos*3

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	1T25	1T24	Var. %	4T24	Var. % (1)
Manutenção	122.773	110.009	11,6%	107.526	14,2%
Crescimento	82.402	45.259	82,1%	124.073	-33,6%
Novas Conexões	96.403	127.631	-24,5%	117.478	-17,9%
Financiado pela Companhia	301.578	282.900	6,6%	349.077	-13,6%
Financiado pelo Cliente	12.515	2.549	>100,0%	22.846	-45,2%
Total	314.093	285.448	10,0%	371.923	-15,5%

(1) Variação entre 1T25 e 4T24

Durante o 1T25, o Grupo implementou mudanças relacionadas à mudança de taxonomia de algumas rubricas de investimentos. Desta forma, os números do 1T24, bem como os demais trimestres de 2024, foram reclassificados para fins de comparação. Cabe destacar, que o montante total permanece o mesmo alterando apenas os valores entre classes.

A Companhia investiu no 1T25 o total de R\$ 314,1 milhões na área de concessão, voltados para atividades de manutenção e novas conexões, montante 10,0% ou R\$ 28,6 milhões superior ao valor registrado no 1T24.

De forma geral, os investimentos em Crescimento da Rede e Novas Conexões contribuem positivamente para redução no custo de manutenção. Tais investimentos visam a modernização e aprimoramento das condições de fornecimento e, embora não sejam enquadrados na categoria manutenção, são melhorias que resultam em um menor número de falhas, que por consequência, resultam em menores manutenções.

Do total investido no trimestre, destacam-se: (i) as atividades de manutenção, onde foram alocados R\$ 122,8 milhões, dos quais R\$ 102,5 milhões direcionados para as atividades relacionadas a manutenção corretiva, e (ii) as atividades de crescimento, onde foram investidos R\$ 82,4 milhões, com destaque para atividades voltadas ao programa de redução de perdas (R\$ 25,6 milhões).

ASPECTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA (ASG) NA ENEL

A Enel Brasil se consolida como uma empresa que busca o desenvolvimento sustentável, direcionando suas ações e investimentos sociais de acordo com fundamentos e políticas como confiança, inovação, proatividade, flexibilidade e respeito.

Os pilares ESG (Environment, Social and Governance) fazem parte da nossa estratégia de sustentabilidade, assim como a Agenda 2030 da ONU, ambos direcionadores considerados tendências no setor elétrico. Além disso, consideramos em nossa estratégia os grandes desafios da atualidade, como a transição energética acessível e justa, baseada nas fontes renováveis de geração. Dessa maneira buscamos contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Desse total, quatro orientam a nossa criação de valor: Energia Limpa e Acessível (ODS 7), Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9), Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11), Combate às Mudanças Climáticas (ODS 13).

A nossa estratégia de sustentabilidade considera os resultados de escutas de diversas partes interessadas, além dos direcionadores de negócio. A partir disso, os objetivos são desdobrados em metas e iniciativas de curto, médio e longo prazo, que farão parte do Plano de Sustentabilidade, revisto anualmente e reportado periodicamente ao Conselho de Administração, de forma a garantir a transparência e o monitoramento da nossa jornada rumo ao progresso sustentável.

O atual Plano de Sustentabilidade da Enel, abrange o ciclo 2025-2027 e estabelece objetivos ASG específicos em 5 grandes temas: Ambição Zero Emissões, Grupos de Interesse, Natureza, Direitos Humanos e Aceleradores de Crescimento.

Especificamente para as metas ambientais, destacam-se o programa de verificações ambientais em contratadas – Assessment Ambiental, que atesta o cumprimento legal e ambiental das empresas parceiras a Enel e o programa ECoS- Extra-checking on site que verifica a performance ambiental dos processos Enel. Importante destacar que estes programas compõem do Sistema de Gestão ambiental certificado, ISO 14001.

Comentário do Desempenho

Com o objetivo de gerar valor compartilhado para a sociedade e comunidades locais, em especial nas regiões de maior vulnerabilidade social onde a Enel está inserida, a companhia mantém o programa Enel Compartilha, que inclui projetos socioambientais voltados aos temas da eficiência energética, economia circular, educação para o consumo consciente de energia e cidadania, além de geração de renda e empregabilidade, ambos alinhados aos compromissos de sustentabilidade e à estratégia de negócio do Grupo Enel no Brasil.

Dessa forma, ao final do 1º trimestre de 2025, a **Enel Distribuição Rio** acumulou o investimento de R\$ 1 milhão e beneficiou 36.395 pessoas por meio de 97 iniciativas. Como destaque do período, relacionamos alguns projetos do programa Enel Compartilha:

Workshop da Chamada Pública de Projetos de Eficiência Energética – ODS 7

A Enel Rio realizou, em fevereiro, o Workshop da Chamada Pública de Projetos 2024, com a participação de 218 pessoas. Esta edição ocorreu em formato on-line e contou com a participação de empresas, gestores públicos, clientes comerciais, industriais, residenciais e rurais da área de concessão da distribuidora. O webinar foi uma oportunidade para o esclarecimento de dúvidas sobre o edital, elaboração de projetos e processo de inscrição junto ao público participante. Neste ciclo da Chamada Pública, a distribuidora destinará R\$ 3,5 milhões para novos projetos, sendo R\$ 1,6 milhão para iniciativas de Iluminação Pública, R\$ 1,6 milhão para programas de setores como comércio, indústria, rural, serviço e poder público e R\$ 300 mil para projetos residenciais. Durante o workshop, a Enel Rio apresentou informações sobre a legislação que rege a Chamada Pública, processo de contratação e cronograma de atividades. Poderão participar da Chamada Pública iniciativas com valores entre R\$ 500 mil e R\$ 800 mil que deem ênfase aos seguintes temas: troca de equipamentos por modelos mais eficientes, modernização de sistemas motrizes, instalação de aquecedores solares e sistemas fotovoltaicos, modernização de sistemas de iluminação e refrigeração, entre outros. O período de recebimento de projetos foi encerrado em março e o resultado será divulgado no dia 30 de maio no site <https://enel-rj.chamadapublica.com.br/>

Enel Rio recebe lideranças comunitárias na sede da Distribuidora – ODS 7 e 11

Foi realizado na sede da Enel Rio, em fevereiro, um encontro com lideranças comunitárias dos municípios de Duque de Caxias, Petrópolis, Itaboraí, Niterói e São Gonçalo. O encontro teve como objetivo apresentar às lideranças o plano de investimentos previsto para os próximos três anos em toda a área de concessão da distribuidora, com destaque para a instalação de equipamentos de automação, ampliação e modernização de subestações, construção de novas redes e reformas na rede já existente, além dos serviços de podas, o combate ao furto de energia, a troca de postes e as parcerias com as prefeituras. Os representantes comunitários também tiveram a oportunidade de interagir com o presidente da Enel e o diretor da Operações da companhia, além da visitarem ao Centro de Operações do Sistema (COS), onde ocorre o gerenciamento das atividades e atuações decisivas quando a área de concessão enfrenta contingências. A Enel Rio conta com 224 líderes ativos, 12 frentes de atendimentos com atuação em 20 municípios. Nesse primeiro trimestre de 2025 já realizamos 419 atendimentos comerciais e 30.119 demandas técnicas, com apoio da Rede de Lideranças.

Indicadores ASG - Enel Rio*

Indicadores

	1T25	1T24
Colaboradores próprios (unit)	1.972	1.634
Colaboradores terceirizados (unit)	9.951	9.402
% de mulheres na Empresa	12,2%	16,3%
% de mulheres em cargos de liderança (1)	19,2%	22,2%
Média de horas de treinamento por empregado (horas)	3,90	7,68
Taxa de Rotatividade (2)	4,7%	1,4%
Número de membros no conselho (unit)	6	6
% de mulheres no conselho	16,7%	33,3%
Beneficiados pelos projetos sociais (3)	36.395	31.318
Resíduos perigosos enviados para recuperação	100%	100%
Resíduos não perigosos enviados para recuperação	81%	87%
Avaliação de fornecedores ambientais (4)	2	-
Realização de ECoS Ambiental (5)	-	-

(1) Líderes: Considera os Heads e Diretores; (2) Considera os desligamentos voluntários e involuntários

(3) O número do 1T24 foi adaptado a fim de refletir uma mudança nos critérios de contabilização de alguns projetos realizada no final de 2024;(4) Meta 2025: 10 ; (5) Meta 2025: 1

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

7 ASPECTOS REGULATÓRIOS

Reajuste Tarifário Anual 2025

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 11 de março, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2025 a ser aplicado a partir de 15 de março de 2025, Resolução Homologatória nº 3.435/2025.

A aprovação do Reajuste Tarifário Anual de 2025 da Companhia foi de um índice de reajuste de -4,72% composto por (i) reajuste econômico de +2,09%, sendo +0,32% de Parcela A, +1,78% de Parcela B e (ii) componente financeiro de -6,82%. Considerando a retirada do componente financeiro do último processo tarifário de +5,00%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +0,27%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste tarifário

Encargos setoriais	-0,06%
Energia comprada	1,50%
Encargos de transmissão	-1,18%
Receita irrecuperável	0,05%
Parcela A	0,32%
Parcela B	1,78%
Reajuste econômico	2,09%
CVA total	-0,88%
Outros itens financeiros	-5,94%
Reajuste financeiro	-6,82%
Índice de reajuste total	-4,72%
Componentes financeiros do processo anterior	5,00%
Efeito para o consumidor	0,27%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o reajuste tarifário, tiveram os seguintes impactos:

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em +0,5%, representando +0,32% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R\$ 1.434 milhões. Um decréscimo de -0,3%, representando -0,06% no reajuste econômico;
- Energia Comprada: R\$ 2.854 milhões. O aumento de +4,6% decorre principalmente do aumento do custo unitário de contratos dos CCEARs por disponibilidade. O custo de compra de energia representa +1,55% no reajuste econômico, englobando a receita irrecuperável da Companhia; e
- Encargos de Transmissão: R\$ 1.100 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de -8,33%, correspondendo a um efeito de -1,18% no reajuste econômico, devido a redução das tarifas na rede básica.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em +5,1%, representando uma participação de +1,78% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IPCA de +5,08% no período de 12 meses findos em fevereiro de 2025; e
- Fator X de -0,26%, composto por:

Comentário do Desempenho

- Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +0,464%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel RJ;
- Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,427%; e
- Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -0,300%.

Componentes financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante negativo de R\$ 574.358, dentre os quais destacam-se: negativo de R\$ 74.088, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"); negativos da sobrecontratação de R\$ 33.918; e negativo de PIS/COFINS de R\$ 268.637; sendo estes valores parcialmente compensados pela previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 174.785.

O reajuste tarifário médio de +0,27% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	-3,35%
Baixa Tensão	+1,31%
Efeito Médio	+0,27%

Bandeiras Tarifárias

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/04/24 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/04/24 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,463 (patamar 1) e R\$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Desde dezembro de 2024 até março de 2025 as condições hidrológicas brasileiras estão favoráveis, consequentemente sem necessidade de acionamento das bandeiras tarifárias, estando o patamar em verde.

As bandeiras tarifárias que vigoraram em 2024 e 2025, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

Comentário do Desempenho

2024	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	61,07	61,07	61,07	61,07	61,07	61,07	110,77	75,80	254,18	599,72	286,80	61,07

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

2025	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	58,60	58,60	264,69									

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 19 de dezembro de 2023, a Resolução Homologatória n.º 3.304 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2024. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.470,57/MWh e o valor mínimo em R\$ 61,07/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2024.

Em 17 de dezembro de 2024, o Despacho n.º 3.625 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2025. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.542,23/MWh e o valor mínimo em R\$ 58,60/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2025.

Comentário do Desempenho

ANEXO 1

	1T25	1T24	Var. %
Receita Operacional Bruta	3.441.345	3.159.301	8,9%
Fornecimento de Energia - Mercado Cativo e Livre	2.962.531	2.804.570	5,6%
CVA	-52.807	-32.267	63,7%
Receita de Construção	341.496	266.644	28,1%
Outras Receitas	190.125	120.354	58,0%
Deduções da Receita Operacional	(1.133.629)	(1.103.893)	2,7%
Receita Operacional Líquida	2.307.716	2.055.408	12,3%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(1.113.981)	(960.520)	16,0%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-794.893	-619.868	28,2%
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão	-319.088	-340.652	-6,3%
Custo/Despesa Operacional	(918.480)	(815.883)	12,6%
Pessoal	-58.949	-58.323	1,1%
Material e Serviços de terceiros	-159.482	-173.380	-8,0%
Depreciação e amortização	-209.043	-184.664	13,2%
Provisões	-71.268	-100.603	-29,2%
Custo de construção	-341.496	-266.644	28,1%
Outros	-50.416	-18.926	>100,0%
Outras receitas/despesas operacionais	-27.826	-13.343	>100,0%
EBITDA	484.298	463.669	4,4%
EBIT	275.255	279.005	-1,3%
Resultado Financeiro	(231.862)	(235.025)	-1,3%
Receita Financeira	59.355	56.952	4,2%
Despesa Financeira	(291.087)	-292.002	-0,3%
Variações Cambiais	(130)	25	<-100,0%
Resultado antes dos impostos	43.393	43.980	-1,3%
IR/CS	6.413	-15.630	<-100,0%
Lucro/Prejuízo Líquido	49.806	28.350	75,7%

Notas Explicativas**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.03.2025	31.12.2024
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	297.992	421.090
Títulos e valores mobiliários	6	125	122
Contas a receber de clientes	7	2.697.365	2.606.672
Créditos a receber - subvenção e outros		146.263	188.024
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	9	163.181	139.928
Outros tributos compensáveis	9	766.825	704.863
Serviços em curso		44.023	44.894
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	76.903
Outros créditos		130.976	119.276
Total do ativo circulante		4.246.750	4.301.772
<u>Ativo não circulante</u>			
Contas a receber de clientes	7	194.964	156.012
Ativo financeiro setorial	8	3.010	-
Outros tributos compensáveis	9	2.193.190	2.269.837
Depósitos vinculados	17	309.500	315.309
Tributos diferidos	23	991.558	980.092
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	10.1	1.256.572	950.857
Ativo financeiro indenizável (concessão)	10.2	8.558.056	8.348.889
Imobilizado	11	346.632	274.857
Intangível	10.3	1.819.559	2.033.698
Total do ativo não circulante		15.673.041	15.329.551
Total do ativo		19.919.791	19.631.323

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.03.2025	31.12.2024
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	12	1.444.406	1.345.459
Empréstimos e financiamentos	14	3.567.977	3.556.613
Obrigações por arrendamentos		61.767	41.998
Outras obrigações fiscais		152.420	144.800
Dividendos a pagar	18	236.821	236.821
Salários, provisões e encargos sociais		66.499	64.980
Encargos setoriais	13	75.507	70.858
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	15	411.980	392.860
Passivo financeiro setorial	8	488.704	261.203
Geração distribuída		-	61.829
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	30.405
Outras obrigações		357.518	312.935
Total do passivo circulante		6.863.599	6.520.761
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	14	1.101.139	1.179.701
Obrigações por arrendamentos		145.615	85.818
Outras obrigações fiscais		14.011	15.077
Encargos setoriais	13	87.101	79.905
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	15	2.177.650	2.258.843
Passivo financeiro setorial	8	-	53.308
Obrigações com benefícios pós-emprego	16	202.514	212.839
Provisões para processos judiciais e outros riscos	17	834.343	782.840
Outras obrigações		68	141
Total do passivo não circulante		4.562.441	4.668.472
<u>Patrimônio líquido</u>	18		
Capital social		6.950.458	6.950.458
Reserva de capital		23.254	23.254
Reserva de lucros		1.470.233	1.470.233
Outros resultados abrangentes		-	(1.855)
Lucros acumulados		49.806	-
Total do patrimônio líquido		8.493.751	8.442.090
Total do passivo		19.919.791	19.631.323

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

Trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2024 a 31.03.2024
Receita líquida	20	2.307.716	2.055.408
Custo	21	(1.858.828)	(1.620.011)
Lucro bruto		448.888	435.397
<u>Receitas (despesas) operacionais</u>	21		
Despesas com vendas		(5.938)	(5.725)
Despesas gerais e administrativas		(80.788)	(81.997)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(110.934)	(100.926)
Outras receitas operacionais		24.027	32.256
Total despesas operacionais		(173.633)	(156.392)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		275.255	279.005
<u>Resultado financeiro</u>	22		
Receitas financeiras		59.355	56.952
Despesas financeiras		(291.087)	(292.002)
Variações cambiais líquidas		(130)	25
Total do resultado financeiro		(231.862)	(235.025)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		43.393	43.980
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>	23		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(6.009)	(4.273)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		12.422	(11.357)
Total dos tributos sobre o lucro		6.413	(15.630)
Lucro líquido do período		49.806	28.350
Lucro líquido por ação em R\$ - básico e diluído	19	0,1279	0,0728

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2024 a 31.03.2024
Lucro líquido do período		49.806	28.350
<u>Outros resultados abrangentes</u>			
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Ganho em instrumentos financeiros derivativos		2.811	12.567
Tributos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	23	(956)	(4.273)
Total dos resultados abrangentes do período, líquido de impostos		51.661	36.644

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de capital		Reservas de lucros				
	Capital	(-) Capital		Remuneração	Reserva	Reserva	Lucros	Outros	Total
	subscrito	a	Reserva	do	legal	para	acumulados	resultados	
		integralizar	de ágio	imobilizado		reforço de		abrangentes	
				em curso		capital de			
						giro			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.438.230	-	2.308	20.946	142.520	769.575	-	(32.699)	5.340.880
Resultado abrangente total:									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	28.350	-	28.350
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	12.567	12.567
Tributos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	(4.273)	(4.273)
Saldo em 31 de março de 2024	4.438.230	-	2.308	20.946	142.520	769.575	28.350	(24.405)	5.377.524
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.953.230	(2.772)	2.308	20.946	176.028	1.294.205	-	(1.855)	8.442.090
Resultado abrangente total:									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	49.806	-	49.806
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	2.811	2.811
Tributos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	(956)	(956)
Saldo em 31 de março de 2025	6.953.230	(2.772)	2.308	20.946	176.028	1.294.205	49.806	-	8.493.751

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

	01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2024 a 31.03.2024
Atividades operacionais		
Lucro líquido do período	49.806	28.350
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	219.396	194.469
Variações cambiais da dívida	(25.030)	12.790
Marcação a mercado da dívida	(596)	(686)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - variação cambial	25.050	(12.780)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - marcação a mercado	524	(561)
Atualização do ativo financeiro da concessão	(161.831)	(118.176)
Atualização dos ativos e passivos financeiros setoriais	(24.441)	(41.434)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	36.491	57.505
Perda de recebíveis de clientes	74.443	43.421
Atualização monetária de processos judiciais	59.784	24.327
Provisões para processos judiciais e outros riscos	44.076	52.405
Juros sobre obrigações de arrendamento	7.171	3.206
Juros sobre empréstimos e financiamentos	146.096	153.913
Juros sobre operações com instrumento derivativo	4.798	38.898
Benefício pós-emprego	4.549	7.842
Baixa de ativo intangível	1.150	650
Custo de transação	-	(686)
Tributos e contribuições sociais diferidos	(12.422)	11.357
(Redução) aumento dos ativos		
Contas a receber de clientes	(240.579)	(157.171)
Ativo financeiro setorial	(3.010)	41.434
Créditos a receber - subvenção e outros	41.761	(24.956)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(23.253)	(11.271)
Outros tributos compensáveis	14.685	80.601
Depósitos vinculados	5.809	(8.859)
Serviços em curso	871	(263)
Outros créditos	(11.700)	6.815
(Redução) aumento dos passivos		
Fornecedores	98.947	19.223
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	4.273
Outras obrigações fiscais	6.554	(60.694)
Salários, provisões e encargos sociais	1.519	4.658
Encargos setoriais	11.845	441
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(62.073)	(81.948)
Passivo financeiro setorial	198.634	161.197
Geração distribuída	(61.829)	-
Outras obrigações	44.510	20.240
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(19.679)	(25.051)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(6.100)	(3.903)
Pagamento de juros de obrigações com derivativo	(35.464)	(45.384)
Pagamento de outras obrigações com benefício pós-emprego	(14.874)	(7.464)
Pagamento de processos judiciais e outros riscos	(52.357)	(70.854)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	343.231	295.874
Atividades de investimentos		
Adições para ativo imobilizado	4.190	(7.186)
Adições para ativo contratual	(341.499)	(191.216)
Títulos e valores mobiliários	(3)	(1.241)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(337.312)	(199.643)
Atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	468.516	990.778
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(636.505)	(750.000)
Pagamento de obrigações por arrendamento (principal)	(15.429)	(10.183)
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	54.401	-
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos	(129.017)	230.595
Variação no caixa líquido	(123.098)	264.776
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	421.090	65.262
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	297.992	330.038

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS VALOR ADICIONADO

Trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

	01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2024 a 31.03.2024
1. Receitas	3.426.777	3.134.052
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	3.463.268	3.191.557
Fornecimento de energia elétrica	3.099.849	2.892.657
Outras receitas	21.923	32.256
Receita relativa à construção de ativos próprios	341.496	266.644
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(36.491)	(57.505)
2. Insumos adquiridos de terceiros	(1.822.691)	(1.589.173)
Materiais	(84.033)	(80.986)
Outros custos operacionais	(141.238)	(121.549)
Custo de energia comprada e transmissão	(1.201.465)	(1.039.759)
Serviço de terceiros	(395.955)	(346.879)
3. Valor adicionado bruto	1.604.086	1.544.879
4. Retenções	(219.396)	(194.469)
Depreciação e amortização	(219.396)	(194.469)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.384.690	1.350.410
6. Valor adicionado recebido em transferência	196.070	70.072
Receitas financeiras	196.070	70.072
7. Valor adicionado total a distribuir	1.580.760	1.420.482
8. Distribuição do valor adicionado	1.580.760	1.420.482
Pessoal	82.992	72.083
Remunerações	52.418	47.833
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	6.291	6.566
Previdência privada	2.937	1.640
Auxílio alimentação	7.236	3.629
Convênio assistencial e outros benefícios	6.968	5.661
FGTS	3.375	3.264
Outros encargos sociais	3.767	3.490
Tributos (Governo)	1.027.805	1.029.337
Federais	93.442	126.296
Imposto de renda e contribuição social	(6.413)	15.630
COFINS	73.443	83.029
PIS	15.945	17.949
INSS	10.467	9.688
Estaduais	678.818	587.207
ICMS	678.818	587.207
Municipais	2.449	1.719
ISS	968	1.259
IPTU	1.164	608
Outros municipais	317	(148)
Encargos setoriais	253.096	314.115
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	229.884	294.881
Eficiência energética - P&D, FNDCT e EPE	18.113	17.002
Encargos do consumidor - CCRBT	2.587	(24)
Taxa de fiscalização - ANEEL	2.512	2.256
Remuneração de capitais de terceiros	420.157	290.712
Juros	427.802	305.097
Aluguéis	(7.645)	(14.385)
Remuneração de capitais próprios	49.806	28.350
Lucros retidos	49.806	28.350

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia”, “Ampla” ou “Enel Distribuição Rio”), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria “A”, controlada pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália).

A sede da Companhia está localizada na Avenida Oscar Niemeyer nº 2000, Bloco 01, Sala 701, Santo Cristo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – Brasil.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais.

O contrato de Concessão de Distribuição de energia elétrica nº 005/1996, tem prazo de duração de 30 anos, com vencimento em dezembro de 2026 (vide nota explicativa nº 1.3). Em 14 de março de 2017, a Companhia assinou o 6º aditivo ao contrato de concessão que incluiu novas cláusulas econômicas e de gestão, obrigações de melhoria da qualidade e de sustentabilidade econômico-financeira bem como alterou o nível regulatório de perdas não técnicas.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 19 de março de 2023, e o último reajuste tarifário anual ocorreu em 11 de março de 2025 (nota explicativa nº 4).

1.1 Eventos climáticos

Na noite do dia 18 de novembro de 2023, a área de concessão da Companhia foi afetada por evento climático atípico com chuva, fortes rajadas de vento e descargas atmosféricas, causando danos severos em várias cidades fluminenses e interrompendo também o fornecimento de energia.

O referido evento climático afetou quase todo o estado do Rio de Janeiro e, portanto, impactando gravemente diversos pontos de redes aéreas dos municípios da área de concessão da Companhia, demandando a atuação imediata e emergencial da concessionária.

Plano de melhoria

Em setembro de 2024, a Companhia apresentou um plano estruturado de ações que visa reforçar a resiliência da sua rede elétrica para enfrentar os crescentes desafios climáticos. As medidas, que começam a ser implementadas de imediato pela Companhia, têm o objetivo de satisfazer as necessidades de fornecimento de energia dos consumidores.

Dentre as iniciativas apresentadas pela Companhia, além do reforço significativo das equipes de profissionais próprios que atuam em campo, foi destacada a intensificação das manutenções preventivas, o aumento do número de podas preventivas e modernização da rede elétrica.

Penalidades e ações judiciais

Em 15 de abril de 2024, a ANEEL emitiu AI - Auto de Infração nº 06/2024 determinando a aplicação de multa de R\$ 54.054 (R\$59.059 atualizado até 31 de março de 2025), em decorrência de supostas infrações relacionadas ao evento climático ocorrido em novembro de 2023. Em 25 de abril de 2024, a Companhia ingressou com recurso na ANEEL, cumprindo o prazo estabelecido pelo regulador contra a aplicação do referido AI. Em 14 de novembro de 2024, o referido AI foi judicializado – vide nota explicativa nº 17.2.3, com a classificação de risco de perda como possível. Ainda relacionado ao evento climático, identificou-se o início de procedimentos administrativos e o ajuizamento de diversas ações judiciais de ordem individuais e coletivas. O efeito destas ações para o período findo em 31 de março de 2025 foi avaliado de acordo com CPC 25 / IAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



37 como risco de perda provável e possível, considerando opinião dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia - vide nota explicativa nº 17.2.3.

1.2 Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos causados pela pandemia se incluíram no âmbito das áreas administrativa e econômica, assim estabeleceu, por meio da Resolução Normativa nº 885/2020, critérios e procedimentos complementares para a gestão da CONTA-COVID, incluindo diretrizes para a contratação da operação financeira pela CCEE, e dentre outras medidas a obrigação de recolhimento de quotas mensais, com efeitos a partir dos processos tarifários de 2021, definidos de forma proporcional ao repasse de recursos observado para cada distribuidora.

Posteriormente, a ANEEL, observando a Medida Provisória nº 1.078/2021 e o Decreto nº 10.939/2022, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo, estabeleceu, por meio da Resolução Normativa nº 1.008/2022, critérios e procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, sendo estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023.

Já em 2024, a Medida Provisória nº 1.212 definiu em seu Art. 4º a possibilidade de a CCEE negociar a antecipação dos recebíveis da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE relacionados as obrigações futuras da Eletrobras quanto aos aportes definidos na Lei nº 14.182/2021. Diante deste fato, em 4 de julho de 2024, o Governo Federal, por meio da Portaria Interministerial MME/MF nº 1, estabeleceu as diretrizes da operação, caracterizando a operação financeira como securitização de direitos creditórios, além disso definiu diretrizes complementares e aspectos tarifários relacionados às Contas Covid e Escassez Hídrica. Em 8 de agosto de 2024, por meio da correspondência CT-CCEE 18834/2024, a CCEE informou à ANEEL sobre a assinatura dos Documentos da Operação de antecipação dos recebíveis da CDE Eletrobras para fins de quitação da Conta COVID e Conta Escassez Hídrica. Diante deste fato, as distribuidoras a partir de outubro de 2024 deixaram de pagar os empréstimos relativo a estas contas.

Em 24 de setembro de 2024, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL a Resolução Normativa nº 1.102, estabelecendo diretrizes para a fixação de quotas extraordinárias a serem arcadas pelas distribuidoras, em caso de eventual inadimplência pela Eletrobras dos recebíveis da CDE cedidos. Caso ocorra inadimplência, a ANEEL terá o prazo de 30 dias para fixar as quotas extraordinárias após o aviso, por parte da CCEE, do inadimplemento da Eletrobras.

No Reajuste Tarifário da Companhia em 2025 foi inserido os valores relativos à quitação das Contas COVID e Escassez Hídrica.

1.3 Panorama das renovações de concessões no Brasil

Em 20 de junho de 2024, foi publicado o Decreto 12.068/2024, que apresenta as diretrizes para prorrogação das concessões de distribuição que se encerram entre 2025 e 2031. O referido decreto definiu os critérios de enquadramento para prorrogação do contrato, além de trazer diretrizes do novo contrato de concessão. Em 15 de outubro de 2024, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 027/2024, com o objetivo de obter subsídios para o aprimoramento da minuta de termo aditivo ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica com vistas à prorrogação das concessões. A conclusão da referida Consulta e a consequente aprovação do novo Contrato de Concessão foram realizados pela ANEEL no dia 25 de fevereiro de 2025. Em 25 de março de 2025, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o envio do requerimento de prorrogação à agência reguladora. Dessa forma, a Companhia protocolou na ANEEL em 28 de março de 2025, o pedido formal para renovação do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica. A ANEEL tem o prazo até 28 de maio de 2025 para avaliar o pedido, e a decisão final pelo Ministério de Minas e Energia – MME, deve ocorrer até 27 de junho de 2025. A assinatura no novo contrato de concessão está prevista para ocorrer até 25 de agosto de 2025.

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1 Base de preparação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



2.1.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, emitidas em 26 de fevereiro de 2025 (última demonstração financeira anual). As informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Contudo, as informações financeiras intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações financeiras intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria em 29 de abril de 2025.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.1.4 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado do Rio de Janeiro), e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (distribuição de energia elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.



3. Principais políticas e estimativas

As normas, políticas contábeis, e estimativas relevantes aplicadas à estas informações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, portanto, devem ser lidas em conjunto (com exceção das normas divulgadas na nota 3.1).

As normas contábeis listadas abaixo emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia, não produziram efeitos relevantes sobre as informações financeiras intermediárias no trimestre findo em 31 de março de 2025, bem como sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo 31 de dezembro de 2024, aprovadas pela Administração em 27 de fevereiro de 2025.

3.1 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2025

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizadas pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 02/IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	A falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.	1º de janeiro de 2025

3.2 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas informações financeiras intermediárias da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 18, por uma nova norma ou alteração do CPC 26)	Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. As medidas de desempenho definidas pela administração (são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.	1º de janeiro de 2027
CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) / IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas	A data efetiva dessas alterações foi diferida por tempo indeterminado. A adoção antecipada continua sendo permitida somente para IFRS.
CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros e CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante. Requisitos de classificação e mensuração no IFRS 9 Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.	1º de janeiro de 2026 1º de janeiro de 2026

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



<i>Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11</i>	Emenda sobre contas a receber pode levar a mudança na política contábil. As alterações do IASB eliminam o conflito entre o IFRS 9 e o IFRS 15 sobre o valor pelo qual um recebível comercial é inicialmente mensurado. Outras alterações incluem o desreconhecimento de passivos de arrendamento. Se um passivo de arrendamento for desreconhecido, então o desreconhecimento é contabilizado de acordo com o IFRS 9. Entretanto, quando um passivo de arrendamento é modificado, a modificação é contabilizada de acordo com o IFRS 16 Arrendamentos.	1º de janeiro de 2026
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgação	As subsidiárias que atualmente aplicam o IFRS para PMEs® Accounting Standard ou o GAAP local em suas demonstrações financeiras estatutárias não precisarão mais preparar dois conjuntos de contas para fins de relatórios de grupo se o IFRS 19 for aplicado. O IFRS 19 oferece às subsidiárias elegíveis uma maneira prática de abordar os problemas de divulgação excessiva, ao mesmo tempo em que reduz seus custos de relatórios – eliminando a necessidade de fornecer divulgações além das necessidades dos usuários ou de manter dois conjuntos separados de registros contábeis. Uma subsidiária que não tem responsabilidade pública e tem uma controladora que produz contas consolidadas de acordo com as Normas Contábeis IFRS, está autorizada a aplicar a IFRS 19.	1º de janeiro de 2027
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas e na IAS 28 - Investimentos em coligadas e em empreendimentos em conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e a sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	Data efetiva diferida por tempo indeterminado. Disponível para adoção opcional (somente IFRS)

4. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios

4.1 Reajuste tarifário anual 2025

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 11 de março de 2025, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2025 a ser aplicado a partir de 15 de março de 2025, Resolução Homologatória nº 3.435/2025.

A aprovação do Reajuste Tarifário Anual de 2025 da Companhia foi de um índice de reajuste de – 4,73% composto por (i) reajuste econômico de +2,11 %, sendo +0,32% de Parcela A, +1,79% de Parcela B e (ii) componente financeiro de -6,82%. Considerando a retirada do componente financeiro do último processo tarifário de +5,00%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +0,27%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Reajuste tarifário

Encargos setoriais	-0,06%
Energia comprada	1,50%
Encargos de transmissão	-1,18%
Receita irrecuperável	0,05%
Parcela A	0,32%
Parcela B	1,79%
Reajuste econômico	2,11%
CVA total	-0,88%
Outros itens financeiros	-5,94%
Reajuste financeiro	-6,82%
Índice de reajuste total	-4,73%
Componentes financeiros do processo anterior	5,00%
Efeito para o consumidor	0,27%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o reajuste tarifário, tiveram os seguintes impactos:

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em +0,5%, representando +0,32% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R\$ 1.435. Um decréscimo de -0,3%, representando -0,06% no reajuste econômico;
- Energia Comprada: R\$ 2.900. O aumento de +4,6% decorre principalmente do aumento do custo unitário de contratos dos CCEARs por disponibilidade. O custo de compra de energia representa +1,55% no reajuste econômico, englobando a receita irrecuperável da Companhia; e
- Encargos de Transmissão: R\$ 1.100. Os custos de transmissão tiveram uma variação de -8,33%, correspondendo a um efeito de -1,18% no reajuste econômico, devido a redução das tarifas na rede básica.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em +5,1%, representando uma participação de +1,78% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IPCA de +5,08% no período de 12 meses findos em fevereiro de 2025; e
- Fator X de -0,26%, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +0,464%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel RJ;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,427%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -0,300%.

Componentes financeiros: Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante negativo de R\$ 574.358, dentre os quais destacam-se: negativo de R\$ 74.088, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"); negativos da sobrecontratação de R\$ 33.918; e negativo de PIS/COFINS de R\$ 268.637; sendo estes valores parcialmente compensados pela previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 174.785.

Bandeira tarifária

Por meio da Resolução Homologatória nº 3.306/2024 a ANEEL estabeleceu novos valores para os patamares de acionamento das bandeiras tarifárias, vigentes a partir de 1º de abril de 2024, sendo:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,463 (patamar 1) e R\$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Desde dezembro de 2024 até março de 2025 as condições hidrológicas brasileiras estão favoráveis, consequentemente sem necessidade de acionamento das bandeiras tarifárias, estando o patamar em verde.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31.03.2025	31.12.2024
Caixa e contas correntes bancárias	25.900	7.012
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	22.490	26.506
Operações compromissadas	249.602	387.572
Total	297.992	421.090

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas principalmente por compromissadas e CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. Em 31 de março de 2025, os certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados em média a 98,80% e 99,59% do CDI, respectivamente (99,59% e 91,25% do CDI, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento e Títulos Públicos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	31.03.2025	31.12.2024
Fundos de investimentos exclusivos	6.1		
Operações compromissadas		-	80
Títulos públicos		37	37
CDB-DI		9	-
LF - Letra Financeira		79	5
Total		125	122

6.1 Fundos de investimento exclusivos: O saldo refere-se a fundo exclusivo das empresas do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das cotistas e apresenta 0,02% de representatividade sobre o total do fundo em 31 de março de 2025 (0,01% em 31 de dezembro de 2024).

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do período findo em 31 de março de 2025. As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas no exercício findo em 31 de março de 2025, em média, a 100,34% do CDI (93,06% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

7. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

A composição do saldo de consumidores e outras contas a receber é como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



7.1 Consumidores, revendedores e outros

A composição do saldo de consumidores e outras contas a receber é como segue:

		Vencidos							
	A vencer	até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias	Total	PECLD	31.03.2025
Classe de consumidores									
Residencial	279.153	254.815	45.719	133.628	206.657	1.346.763	2.266.735	(1.273.431)	993.304
Industrial	24.321	4.783	1.208	3.303	3.797	22.816	60.228	(19.811)	40.417
Comercial	82.390	43.763	6.876	19.039	30.770	206.774	389.612	(143.631)	245.981
Rural	7.260	8.136	828	2.030	3.237	21.398	42.889	(12.773)	30.116
Poder público	40.762	38.902	12.861	19.911	25.766	84.929	223.131	(38.793)	184.338
Iluminação pública	29.220	14.599	3.043	5.174	9.739	127.152	188.927	(38.386)	150.541
Serviço público	13.759	1.144	33	697	1.482	5.514	22.629	(1.261)	21.368
Fornecimento faturado	476.865	366.142	70.568	183.782	281.448	1.815.346	3.194.151	(1.528.086)	1.666.065
Receita não faturada	663.354	-	-	-	-	-	663.354	(633)	662.721
Parcelamento de débitos	224.726	13.646	13.684	36.533	224.800	194.964	708.353	(213.692)	494.661
Compartilhamento - uso mútuo	11.242	4.133	393	610	13.716	52.111	82.205	(38.964)	43.241
Agente de cobrança da iluminação pública	2.879	7.051	862	1.769	4.951	20.146	37.658	(12.628)	25.030
Suprimento de energia	611	-	-	-	-	-	611	-	611
Total	1.379.677	390.972	85.507	222.694	524.915	2.082.567	4.686.332	(1.794.003)	2.892.329

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	A vencer	Vencidos					Total	PECLD	31.12.2024
		até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
Classe de consumidores									
Residencial	226.997	224.787	46.182	119.564	208.501	1.311.472	2.137.503	(1.257.385)	880.118
Industrial	20.562	6.305	1.078	2.097	3.288	23.269	56.599	(20.977)	35.622
Comercial	70.823	38.492	7.027	15.836	32.823	204.801	369.802	(151.347)	218.455
Rural	6.506	6.810	779	1.678	4.458	19.908	40.139	(13.621)	26.518
Poder público	38.640	26.730	7.155	15.134	22.398	80.854	190.911	(32.247)	158.664
Iluminação pública	32.219	13.530	3.551	5.211	7.460	129.639	191.610	(39.404)	152.206
Serviço público	11.527	2.117	349	635	1.999	5.106	21.733	(1.390)	20.343
Fornecimento faturado	407.274	318.771	66.121	160.155	280.927	1.775.049	3.008.297	(1.516.371)	1.491.926
Receita não faturada	696.915	-	-	-	-	-	696.915	(1.169)	695.746
Parcelamento de débitos	220.633	15.303	12.557	28.508	202.533	216.949	696.483	(191.678)	504.805
Compartilhamento - uso mútuo	10.283	1.086	321	4.879	14.074	52.667	83.310	(37.975)	45.335
Agente de cobrança da iluminação pública	2.771	907	862	2.436	4.895	22.724	34.595	(10.319)	24.276
Suprimento de energia	596	-	-	-	-	-	596	-	596
Total	1.338.472	336.067	79.861	195.978	502.429	2.067.389	4.520.196	(1.757.512)	2.762.684
Circulante									2.606.672
Não circulante									156.012

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



7.2 Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa – PECLD

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Contas a receber de clientes	Outros ativos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.691.256)	(22.811)	(1.714.067)
Provisões	(101.558)	632	(100.926)
Perda	43.421	-	43.421
Saldo em 31 de março de 2024	(1.749.393)	(22.179)	(1.771.572)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(1.757.512)	(21.785)	(1.779.297)
Provisões	(110.934)	-	(110.934)
Perda	74.443	-	74.443
Saldo em 31 de março de 2025	(1.794.003)	(21.785)	(1.815.788)

A Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes do cenário econômico e regulatório brasileiro e seus reflexos sobre a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A perda esperada em contas a receber abrange a melhor estimativa da Companhia e é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações financeiras intermediárias e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores. Todos os efeitos são mensurados e aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia tem intensificado ações de conscientização e cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos e campanhas negociais; (iii) intensificação e constante revisão da política de corte; e, (iv) propor aos consumidores de alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo cartão de crédito, pix e parcerias com meios de pagamentos digitais, inclusive com opções de parcelamentos para as contas de energia vencidas.

A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2024 a 31.03.2024
Provisões	(110.934)	(100.926)
Total	(110.934)	(100.926)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
31 de março de 2025
Notas Explicativas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



8. Ativos e passivos financeiros setoriais

Correspondem às diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo essas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita líquida, no resultado do período, representando o diferimento e amortização.

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

	Nota	31.12.2024	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	31.03.2025	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo não circulante	Passivo circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA											
Aquisição de energia - CVA energia	8.1	(90.003)	(52.435)	43.947	(48.893)	(5.562)	(152.946)	(64.682)	(88.264)	5.136	(158.083)
Programa de Incentivo as Fontes Alternativas - PROINFA		(517)	3.536	137	-	103	3.259	3.259	-	-	3.259
Transporte de energia pela rede básica	8.2	90.692	5.411	(23.624)	-	2.452	74.931	46.832	28.099	(1.635)	76.566
Transporte de energia - Itaipu		4.979	(2.790)	(3.542)	-	91	(1.262)	1.545	(2.807)	163	(1.424)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/ERR	8.3	49.624	8.369	(20.295)	-	1.532	39.230	29.120	10.110	(588)	39.819
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(94.102)	5.290	9.542	-	(1.946)	(81.216)	(84.417)	3.201	(186)	(81.029)
		(39.327)	(32.619)	6.165	(48.893)	(3.330)	(118.004)	(68.343)	(49.661)	2.890	(120.892)
Demais passivos financeiros setoriais											
Neutralidade da parcela A		(2.573)	(45.599)	(1.427)	-	(3.580)	(53.179)	(27.358)	(25.821)	1.502	(54.682)
Sobrecontratação de energia		(38.382)	(33.422)	9.690	-	(838)	(62.952)	(31.091)	(31.861)	1.854	(64.806)
Diferimento - devoluções tarifárias		(42.903)	(12.181)	9.061	-	(763)	(46.786)	(41.959)	(4.827)	281	(47.067)
Bandeiras tarifárias não homologadas		(43.693)	-	-	37.825	-	(5.868)	-	(5.868)	-	(5.869)
Risco hidrológico		(210.196)	(47.941)	54.011	-	(3.500)	(207.626)	(193.060)	(14.566)	847	(208.472)
Revisão tarifária extraordinária		30.204	-	(30.204)	-	-	-	-	-	-	-
Outros	8.4	32.359	(50.995)	15.250	-	12.107	8.721	(66.283)	75.004	(4.364)	13.084
		(275.184)	(190.138)	56.381	37.825	3.426	(367.690)	(359.751)	(7.939)	120	(367.812)
Total		(314.511)	(222.757)	62.546	(11.068)	96	(485.694)	(428.094)	(57.600)	3.010	(488.704)

- 8.1 Aquisição de Energia – (CVAenergia):** A redução do diferimento passivo, está relacionado ao aumento do custo médio de aquisição, onde, no primeiro trimestre de 2024, o custo médio dos contratos de termoeletrica foi de R\$ 218,69 contra custo médio dos contratos R\$ 222,61 no primeiro trimestre de 2025, bem como também no aumento do volume de contratação e o aumento de custo de aquisição de energia proveniente de Itaipu em decorrência do aumento do dólar médio de R\$ 4,96 no primeiro trimestre de 2024 para R\$ 5,78 no primeiro trimestre de 2025 – (valor das tarifas em reais).
- 8.2 Transporte de energia pela rede básica:** A redução do diferimento ativo de transporte de energia pela rede básica está relacionada ao aumento da cobertura tarifária homologada no último reajuste tarifário bem como também a redução do consumo no primeiro trimestre de 2025 em relação ao primeiro trimestre de 2024 gerando menores custos de transmissão.
- 8.3 Encargo de serviço do sistema:** A redução do diferimento ativo de Encargo de serviço de sistema está relacionada ao aumento da cobertura tarifária homologada no último reajuste tarifário bem como também a redução custos pela melhora no cenário hidrológico no período e menor acionamento das usinas por ordem de mérito, ou seja, usinas com menor custo de operação por ordem de prioridade.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
31 de março de 2025
Notas Explicativas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



8.4 Outros ativos setoriais: O aumento do diferimento passivo de outros itens financeiros está relacionado a reclassificação dos montantes de CDE Escassez hídrica para a rubrica de outros passivos financeiros setoriais com base na homologação ANEEL que tratou este item como item financeiro.

	Nota	31.12.2023	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	31.03.2024	Valores em amortização	Valores em constituição	Passivo circulante	Passivo não circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA											
Aquisição de energia - CVA energia	8.1	(273.357)	(77.065)	78.586	(2.731)	(5.990)	(280.557)	(181.213)	(99.344)	(185.568)	(94.989)
Programa de Incentivo as Fontes Alternativas - PROINFA		(1.141)	(2.409)	1.332	-	(77)	(2.295)	(2.294)	(1)	(2.294)	(1)
Transporte de energia pela rede básica	8.2	101.332	30.628	(18.294)	-	2.813	116.479	85.726	30.753	87.074	29.405
Transporte de energia - Itaipu		21.548	4.558	(3.374)	-	505	23.237	17.193	6.044	17.458	5.779
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/ERR	8.3	73.677	27.619	16.143	(5.615)	2.218	114.042	84.290	29.752	85.594	28.448
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		10.557	(145)	(9.254)	-	(38)	1.120	383	737	415	705
		(67.384)	(16.814)	65.139	(8.346)	(569)	(27.974)	4.085	(32.059)	2.679	(30.653)
Demais passivos financeiros setoriais											
Neutralidade da parcela A		90.243	(78.438)	(6.086)	-	(5.847)	(128)	21.526	(21.654)	20.577	(20.705)
Sobrecontratação de energia		(27.896)	(80.322)	(21.037)	-	(622)	(129.877)	(37.747)	(92.130)	(41.786)	(88.091)
Diferimento - devoluções tarifárias		(34.917)	(8.190)	7.603	-	3.464	(32.040)	(28.858)	(3.182)	(28.997)	(3.043)
Bandeiras tarifárias não homologadas		(2.686)	(2.754)	-	-	-	(5.440)	-	(5.440)	(5.439)	(1)
Risco hidrológico		(211.487)	(51.303)	48.635	-	(3.063)	(217.218)	(200.531)	(16.687)	(201.262)	(15.956)
Bandeira escassez hídrica		65.558	-	(65.558)	-	-	-	-	-	-	-
Revisão tarifária extraordinária		177.057	-	(15.102)	-	4.167	166.122	166.122	-	166.122	-
Outros	8.4	(68.202)	24.633	39.549	-	9.666	5.646	(30.213)	35.859	(28.643)	34.289
		(12.330)	(196.374)	(11.996)	-	7.765	(212.935)	(109.701)	(103.234)	(119.428)	(93.507)
Total		(79.714)	(213.188)	53.143	(8.346)	7.196	(240.909)	(105.616)	(135.293)	(116.749)	(124.160)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



9. Imposto de renda, contribuição social e outros tributos compensáveis

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os montantes de imposto de renda e contribuição social a compensar estão apresentados, conforme quadro a seguir:

	31.03.2025	31.12.2024
<u>Imposto de renda e contribuição social compensáveis</u>		
Imposto de renda	131.326	106.600
Contribuição social	34.334	28.739
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.530	4.589
	169.190	139.928
<u>Imposto de renda e contribuição social a pagar</u>		
Imposto de renda	(4.415)	-
Contribuição social	(1.594)	-
	(6.009)	-
Total	163.181	139.928

A composição de outros tributos compensáveis, está demonstrada a seguir:

		31.03.2025		31.12.2024	
	Nota	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS		90.147	39.649	73.107	39.648
Lei complementar nº 102/00		71.445	83.247	56.060	81.493
Pis e Cofins		49.721	-	38.972	-
Pis e Cofins (ICMS)	9.1	553.622	2.070.294	534.834	2.148.696
Outros tributos		1.890	-	1.890	-
Total		766.825	2.193.190	704.863	2.269.837

9.1 Por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a Companhia adotou os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (vide nota explicativa nº. 15).

10. Contrato de concessão público - privados

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro indenizável e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 19 de março de 2023, e o Reajuste Tarifário ocorreu em 11 de março de 2025 (vide nota explicativa nº 4).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	31.03.2025	31.12.2024
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	10.1	1.256.572	950.857
Ativo financeiro indenizável (concessão)	10.2	8.558.056	8.348.889
Intangível	10.3	1.819.559	2.033.698
Total		11.634.187	11.333.444

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

10.1 Ativo contratual (infraestrutura em construção)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados.

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Custo	(-) Obrigações especiais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.034.876	(58.988)	975.888
Adições	266.643	-	266.643
Transferências para o ativo intangível	(59.741)	-	(59.741)
Transferências para o ativo financeiro	(67.026)	-	(67.026)
Saldo em 31 de março de 2024	1.174.752	(58.988)	1.115.764
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.009.845	(58.988)	950.857
Adições	343.782	(2.283)	341.499
Transferências do ativo intangível	9.399	2.153	11.552
Transferências para o ativo financeiro	(47.336)	-	(47.336)
Saldo em 31 de março de 2025	1.315.690	(59.118)	1.256.572

10.2 Ativo financeiro da concessão

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros na categoria de "valor justo por meio de resultado", pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31.03.2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação do ativo indenizável da concessão é como segue:

	31.03.2025	31.03.2024
Saldo inicial	8.348.889	7.259.520
Transferências do ativo contratual	47.336	67.026
Atualização ativo indenizável	161.831	118.176
Saldo final	8.558.056	7.444.722

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

10.3 Intangível da concessão

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões da infraestrutura, conforme aplicação do ICPC 01 e IFRIC 12 - Contratos de Concessão, corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão e são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois, o menor.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão no caso das distribuidoras. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	Em serviço			31.03.2025	31.12.2024
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Total	Total
Direito de uso da concessão	7.150.699	(5.603.586)	(63.297)	1.483.816	1.687.787
Software	813.815	(479.052)	-	334.763	344.926
Bens de renda	21.876	(20.896)	-	980	985
Total	7.986.390	(6.103.534)	(63.297)	1.819.559	2.033.698

A movimentação do ativo intangível é como segue:

	Em serviço			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.442.140	(5.128.895)	(87.547)	2.225.698
Baixas	(4.666)	4.016	-	(650)
Transferências do ativo contratual	59.741	-	-	59.741
Amortizações	-	(190.438)	5.281	(185.157)
Saldo em 31 de março de 2024	7.497.215	(5.315.317)	(82.266)	2.099.632
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.009.710	(5.909.587)	(66.425)	2.033.698
Baixas	(13.921)	12.771	-	(1.150)
Transferências do ativo contratual	(9.399)	-	(2.153)	(11.552)
Amortizações	-	(206.718)	5.281	(201.437)
Saldo em 31 de março de 2025	7.986.390	(6.103.534)	(63.297)	1.819.559

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As principais taxas de amortização que refletem a expectativa de vida útil econômica e financeira dos ativos, são as seguintes:

Distribuição	%
Direito de uso da concessão	20,00%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%

11. Imobilizado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados à atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação:

	31.12.2024	Adições (Reversões)	Depreciação	Transferências	31.03.2025
<u>Imobilizado em serviço</u>					
Terrenos	395	-	-	-	395
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	37.772	-	-	-	37.772
Máquinas e equipamentos	53.696	1.000	-	1.123	55.819
Veículos	2.695	-	-	-	2.695
Móveis e utensílios	33.803	-	-	148	33.951
	128.361	1.000	-	1.271	130.632
<u>Depreciação acumulada</u>					
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(15.149)	-	(275)	-	(15.424)
Máquinas e equipamentos	(15.913)	-	(1.500)	-	(17.413)
Veículos	(2.379)	-	(21)	-	(2.400)
Móveis e utensílios	(25.646)	-	(390)	-	(26.036)
	(59.087)	-	(2.186)	-	(61.273)
<u>Imobilizado em curso</u>					
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	43.929	99	-	(638)	43.390
Máquinas e equipamentos	35.043	(5.098)	-	(488)	29.457
Veículos	594	-	-	-	594
Móveis e utensílios	8.683	(191)	-	(145)	8.347
	88.249	(5.190)	-	(1.271)	81.788
Total do imobilizado	157.523	(4.190)	(2.186)	-	151.147
<u>Ativo de direito de uso</u>					
Terrenos	263	-	(13)	-	250
Imóveis	38.200	-	(2.444)	-	35.756
Veículos	78.871	93.924	(13.316)	-	159.479
	117.334	93.924	(15.773)	-	195.485
Total	274.857	89.734	(17.959)	-	346.632

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	Adições (Reversões)	Depreciação	Transferências	31.03.2024
<u>Imobilizado em serviço</u>					
Terrenos	515	-	-	-	515
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	38.154	-	-	-	38.154
Máquinas e equipamentos	33.872	-	-	12.173	46.045
Veículos	2.695	-	-	-	2.695
Móveis e utensílios	31.676	-	-	-	31.676
	106.912	-	-	12.173	119.085
<u>Depreciação acumulada</u>					
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(14.428)	-	(276)	-	(14.704)
Máquinas e equipamentos	(11.188)	-	(946)	-	(12.134)
Veículos	(2.294)	-	(21)	-	(2.315)
Móveis e utensílios	(24.554)	-	(501)	-	(25.055)
	(52.464)	-	(1.744)	-	(54.208)
<u>Imobilizado em curso</u>					
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	39.633	83	-	(6.234)	33.482
Máquinas e equipamentos	34.673	7.149	-	(5.939)	35.883
Veículos	594	-	-	-	594
Móveis e utensílios	8.104	(46)	-	-	8.058
	83.004	7.186	-	(12.173)	78.017
Total do imobilizado	137.452	7.186	(1.744)	-	142.894
<u>Ativo de direito de uso</u>					
Terrenos	344	-	(20)	-	324
Imóveis	46.715	402	(3.012)	-	44.105
Veículos	15.922	42.744	(4.536)	-	54.130
	62.981	43.146	(7.568)	-	98.559
Total	200.433	50.332	(9.312)	-	241.453

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia reavalia as vidas úteis anualmente para garantir que refletem a realidade, diante disso, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Distribuição	%
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	3,33%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente em 31 de março de 2025:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	4,08
Imóveis	3,00
Veículos	3,08

12. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores, conforme indicado na nota explicativa nº 24.

	Nota	31.03.2025	31.12.2024
Compra de energia		508.278	410.445
Compra de energia - partes relacionadas	24	7.155	6.556
Encargo de uso da rede		132.142	145.744
		647.575	562.745
Materiais e serviços		696.115	545.950
Materiais e serviços - partes relacionadas	24	100.716	236.764
		796.831	782.714
Total		1.444.406	1.345.459

Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Em 31 de março de 2025, o montante destas operações é de R\$ 130.443 (R\$ 85.234 em 31 de dezembro de 2024).

13. Encargos setoriais

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº20. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2025

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.03.2025	31.12.2024
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	4.623	4.623
Programa de Eficiência Energética - PEE	68.687	60.950
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	76.382	72.179
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	2.555	2.619
Ministério de Minas e Energia - MME	1.054	1.086
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	837	837
Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT	8.470	8.469
Total	162.608	150.763
Circulante	75.507	70.858
Não circulante	87.101	79.905

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2025

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



14. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos são registrados pelo custo amortizado - vide nota explicativa nº 25.1.1.

14.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	Nota	Circulante			Não circulante			31.03.2025	Circulante			Não circulante			31.12.2024
		Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	Total circulante + não circulante	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	Total circulante + não circulante
Moeda nacional - partes relacionadas															
	22														
	Enel Brasil Mútuo	2.626.263	649.332	3.275.595	899.032	202.107	1.101.139	4.376.734	2.056.635	535.985	2.592.620	1.000.147	179.554	1.179.701	3.772.321
	CDSA	40.220	7.586	47.806	-	-	-	47.806	40.222	6.089	46.311	-	-	-	46.311
	Enel Cien	202.271	42.305	244.576	-	-	-	244.576	202.271	34.320	236.591	-	-	-	236.591
		2.868.754	699.223	3.567.977	899.032	202.107	1.101.139	4.669.116	2.299.128	576.394	2.875.522	1.000.147	179.554	1.179.701	4.055.223
Moeda estrangeira															
	Scotiabank 4131 III	-	-	-	-	-	-	-	228.493	1.344	229.837	-	-	-	229.837
	Scotiabank 4131 IV	-	-	-	-	-	-	-	137.099	674	137.773	-	-	-	137.773
		-	-	-	-	-	-	-	365.592	2.018	367.610	-	-	-	367.610
Moeda estrangeira - partes relacionadas															
	22														
	Enel Finance International N.V. III, IV,V, VI, VII, VIII	-	-	-	-	-	-	-	296.293	17.188	313.481	-	-	-	313.481
		-	-	-	-	-	-	-	296.293	17.188	313.481	-	-	-	313.481
Total		2.868.754	699.223	3.567.977	899.032	202.107	1.101.139	4.669.116	2.961.013	595.600	3.556.613	1.000.147	179.554	1.179.701	4.736.314

14.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(a) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o período findo em 31 de março de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Mútuo Ampla - Enel BR 77	35.264	03/01/25	03/04/25	CDI + 0,85%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 78	115.868	15/01/25	15/04/25	CDI + 0,85%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 79	50.377	17/01/25	17/04/25	CDI + 0,85%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 80	130.986	03/02/25	05/05/25	CDI + 0,88%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 81	35.266	17/02/25	19/05/25	CDI + 0,88%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 82	100.755	26/02/25	27/05/25	CDI + 0,88%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(b) Empréstimos e financiamentos obtidos em períodos anteriores e liquidados no período findo em 31 de março de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
SCOTIABANK 4131 III (c/ Swap)	200.000	01/02/21	03/02/25	FIXO + 1,39%	Bullet	Anual	Capital de Giro	N/A
SCOTIABANK 4131 IV (c/ Swap)	120.000	26/02/21	26/02/25	FIXO + 1,39%	Bullet	Anual	Capital de Giro	N/A
EFI - Credit Agreement X 46 MEUR (c/ Swap)	293.448	03/01/23	03/01/25	FIXO + 5,76%	Bullet	Anual	Capital de Giro	N/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(c) Empréstimos e financiamentos obtidos em períodos anteriores e vigentes no período findo em 31 de março de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
MÚTUO ENEL BRASIL 55	750.000	07/07/20	07/07/25	CDI+2,27%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 59	200.000	23/12/22	22/12/26	CDI+1,1%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 60	120.000	26/12/22	25/12/26	CDI+1,35%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 61	76.599	28/12/22	27/12/25	CDI+1,35%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 62	30.233	16/02/23	16/01/27	CDI+1,25%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 63	14.106	17/04/23	16/04/25	CDI+1,25%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 64	262.103	25/04/23	24/04/25	CDI+1,1%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 65	30.203	10/07/23	09/05/26	CDI+1%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 66	70.482	07/08/23	06/06/26	CDI+1,3%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 67	45.295	14/08/23	13/07/27	CDI+1,1%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 68	350.836	15/08/23	14/07/27	CDI+1,1%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 69	256.712	17/08/23	16/07/27	CDI+1,35%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo I Ampla - CIEN	30.342	25/08/23	24/08/25	CDI+1,67%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo II Ampla - CIEN	50.567	15/09/23	14/09/25	CDI+1,57%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo III Ampla - CIEN	23.259	16/10/23	15/10/25	CDI+1,42%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo II Ampla - CDSA	70.794	19/10/23	18/10/25	CDI+1%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 70	91.018	17/11/23	17/05/27	CDI+1,25%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 71	40.459	16/10/23	21/12/25	CDI+1,1%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 72	40.220	19/10/23	26/12/25	CDI+1,25%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 73	50.282	17/11/23	27/12/25	CDI+1,15%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 74	50.580	22/12/23	01/01/26	CDI+1,1%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 76	1.213.670	27/12/23	14/02/26	CDI+1,12%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31.03.2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A operação de mútuo 76 com Enel Brasil que tinha vencimento em 15 de fevereiro de 2025 foi prorrogada para 16 de fevereiro de 2026 de acordo com os termos de aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, com condições estabelecidas em processo realizado de acordo com as boas práticas de mercado.

14.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	31.03.2025	%	31.12.2024	%
<u>Moeda nacional</u>				
CDI	4.669.116	100,00%	4.055.223	85,62%
<u>Moeda estrangeira</u>				
Dólar	-	0,00%	367.610	7,76%
Euro	-	0,00%	313.481	6,62%
Total	4.669.116	100,00%	4.736.314	100,00%

14.4 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram a seguinte variação:

Indexador	Nota	31.03.2025 %
CDI	(a)	14,15%
(a) índice do último dia do período		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



14.5 A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda Nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.618.777	-	797.370	536.084	5.952.231
Captações	990.778	-	-	-	990.778
Encargos provisionados	146.175	-	7.774	-	153.949
Encargos pagos	(8.594)	-	(16.485)	-	(25.079)
Variação cambial e monetária	-	-	12.790	-	12.790
Transferências	-	-	536.084	(536.084)	-
Pagamentos / amortizações	(750.000)	-	-	-	(750.000)
Amortização custos de transação	-	-	(686)	-	(686)
Saldo em 31 de março de 2024	4.997.136	-	1.336.847	-	6.333.983
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.875.522	1.179.701	681.091	-	4.736.314
Captações	468.516	-	-	-	468.516
Encargos provisionados	145.377	-	719	-	146.096
Encargos pagos	-	-	(19.679)	-	(19.679)
Variação cambial e monetária	-	-	(25.030)	-	(25.030)
Transferências	78.562	(78.562)	-	-	-
Pagamentos / amortizações	-	-	(636.505)	-	(636.505)
Marcação a mercado - dívida	-	-	(596)	-	(596)
Saldo em 31 de março de 2025	3.567.977	1.101.139	-	-	4.669.116

14.6 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants):

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não há contratos com cláusulas financeiras restritivas (*covenants*).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



15. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em março de 2017 o Supremo Tribunal Federal - STF decidiu o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021 o STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 9 de setembro de 2021.

A Companhia discute o tema em ação judicial desde 2008 e em setembro de 2021 tomou ciência do trânsito em julgado de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, reconhecendo o direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS.

Em conformidade com a decisão de segunda instância judicial e com o julgamento do tema de repercussão geral, a Companhia a partir do recolhimento de maio de 2021 passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas bases de cálculo das referidas contribuições.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada Medida Provisória 1202/23, regulamentada pela Portaria Normativa do MF n.14 de 5 de janeiro de 2024, alterando a legislação que trata das compensações tributárias, criando limites para utilização de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado e prevendo que as compensações poderão ser realizadas inclusive após 5 anos. A referida Medida Provisória foi convertida na Lei nº 14.873 de 28 de maio de 2024.

A Companhia seguirá adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais.

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, inclusive as supracitadas (MP 1202/23 e PN MF 14/24). Até 31 de março de 2025 o total compensado pela Companhia foi de R\$ 1.286.853 (R\$ 1.181.907 em 31 de dezembro de 2024).

Tratamento do regulador

Em 17 de março de 2020, a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

Foi publicada a Lei 14.385/2022 em 27 de junho de 2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e embora ainda não regulamentada a forma definitiva de devolução pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, os processos tarifários de 2022, 2023 e 2024 já contemplam a devolução parcial de tais valores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



No período findo em 31 de março de 2025, o total devolvido aos consumidores foi de R\$ 107.404 (R\$ 535.241 em 31 de dezembro de 2024).

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	31.03.2025	31.12.2024
<u>PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar</u>		
Ativo circulante	553.622	534.834
Ativo não circulante	2.070.294	2.148.696
Total do ativo	2.623.916	2.683.530
<u>PIS/COFINS - consumidores a restituir</u>		
Passivo circulante	411.980	392.860
Passivo não circulante	2.177.650	2.258.843
Total do passivo	2.589.630	2.651.703
<u>Receita financeira</u>		
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	45.331	172.257
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir	(45.331)	(172.257)
Impacto líquido	-	-

A seguir é apresentada a movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

	Nota	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2023		2.926.938	3.014.687
Atualização		45.830	45.830
Compensação		(113.341)	-
Devolução aos consumidores		-	(127.778)
Saldo em 31 de março de 2024		2.859.427	2.932.739
Saldo em 31 de dezembro de 2024		2.683.530	2.651.703
Atualização	23.1	45.331	45.331
Compensação		(104.945)	-
Devolução aos consumidores		-	(107.404)
Saldo em 31 de março de 2025		2.623.916	2.589.630

16. Obrigações com benefícios pós-emprego

A movimentação contábil do passivo registrado aberto por plano (benefício definido, contribuição definida, assistência médica e FGTS no período findo em 31 de março de 2025 e 2024, segue representada a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	PCA	PACV	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.247	115.852	165.566	16.074	304.739
Custo do serviço corrente	(5)	57	459	168	679
Custo dos juros líquidos	183	2.720	3.919	341	7.163
Contribuições reais do empregador	-	-	(7.464)	-	(7.464)
Saldo em 31 de março de 2024	7.425	118.629	162.480	16.583	305.117
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	88.682	105.710	18.447	212.839
Custo do serviço corrente	-	59	450	438	947
Custo dos juros líquidos	-	942	3.093	(433)	3.602
Contribuições reais do empregador	-	(6.100)	(8.774)	-	(14.874)
Saldo em 31 de março de 2025	-	83.583	100.479	18.452	202.514

Despesa reconhecida nos resultados dos períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024:

	01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2024 a 31.03.2024
Custo do serviço corrente	3.602	7.163
Custo dos juros	947	679
Total	4.549	7.842

17. Provisão para processos judiciais e outros riscos

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos.

17.1 Contingência com risco provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



							<u>Depósitos vinculados</u>		
	Nota	31.12.2024	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	31.03.2025	31.03.2025	31.12.2024
Trabalhistas	17.1.1	347.182	2.364	(424)	8.134	(5.480)	351.776	81.741	82.190
Cíveis	17.1.2	421.064	64.973	(22.837)	51.563	(46.877)	467.886	12.237	11.656
Fiscais	17.1.3	9.523	-	-	87	-	9.610	-	-
Outras provisões	17.1.5	5.071	-	-	-	-	5.071	-	-
Total		782.840	67.337	(23.261)	59.784	(52.357)	834.343	93.978	93.846

							<u>Depósitos vinculados</u>		
	Nota	31.12.2023	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	31.03.2024	31.03.2024	31.12.2023
Trabalhistas	17.1.1	363.951	1.962	(1.563)	5.800	(2.454)	367.696	145.158	144.138
Cíveis	17.1.2	374.888	81.699	(31.702)	18.294	(43.651)	399.528	81.458	73.645
Fiscais	17.1.3	26.499	2.330	-	233	(2.330)	26.732	1.331	1.305
Regulatório	17.1.4	22.740	-	(321)	-	(22.419)	-	-	-
Outras provisões/riscos	17.1.5	5.071	-	-	-	-	5.071	-	-
Total		793.149	85.991	(33.586)	24.327	(70.854)	799.027	227.947	219.088

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos. As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



17.1.1 Processos trabalhistas

A Companhia mantém em 31 de março de 2025, 627 processos com prognóstico provável, (643 em 31 de dezembro de 2024), compostos por ações de natureza trabalhista (empregados próprios e terceirizados) e previdenciária. As ações envolvem, em sua maioria, pedidos de vínculo de emprego com a Companhia, nos processos de terceirizados e, consequente equiparação aos direitos dos empregados da Companhia ou eventuais verbas inadimplidas por seus empregadores.

17.1.2 Processos cíveis

Grande parte da provisão está vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. No saldo total de processos cíveis em 31 de março de 2025, está contemplado o montante de R\$ 7.190 referente as ações indenizatórias individuais relacionadas ao evento climático, conforme detalhado na nota explicativa nº17.2.1 (b).

17.1.3 Processos fiscais

Os principais riscos fiscais os quais a Companhia está exposta são:

- (a) Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. A Companhia provisionou equivalente a 40% e 20% das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 31 de março de 2025 de R\$ 7.166 para o auto de infração, sendo o valor total de R\$ 17.915, (R\$ 7.106 e R\$ 17.765 em 31 de dezembro de 2024) e de R\$ 653 para a execução fiscal, sendo valor total de R\$ 3.264 (R\$ 646 e R\$ 3.205 em 31 de dezembro de 2024), respectivamente.

17.1.4 Outras provisões

A Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

17.2 Contingência com risco possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Nota	31.03.2025	31.12.2024
Trabalhistas		293.936	282.088
Cíveis	17.2.1	1.631.087	1.623.299
Fiscais	17.2.2	1.423.055	1.379.495
Juizados especiais		510.246	453.515
Regulatórias	17.2.3	59.059	57.248
Total		3.917.383	3.795.645

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os processos não detalhados nas presentes informações financeiras não tiveram alterações relevantes, exceto às regulares atualizações de valores. As descrições e históricos detalhados podem ser verificados na nota explicativa no 17.2 das informações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

17.2.1 Processos cíveis

- (a) **ENDICON** – Indenização por perdas e danos em função de rescisão contratual: a empreiteira, ex-fornecedora da Companhia, demanda indenização pela rescisão contratual. Alega que uma sucessão de eventos ocorridos nos contratos com a Companhia resultou em desequilíbrio econômico-financeiro e prejuízos materiais e morais. A Companhia apresentou sua defesa em dezembro de 2021 o processo encerrou a fase postulatória e deu início a fase probatória. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a condenação pode envolver uma eventual indenização. O valor envolvido neste processo atualizado em 31 de março de 2025 é de R\$ 249.471 (R\$ 239.586 em 31 de dezembro de 2024).
- (b) **Ações indenizatórias - Evento climático** – Em decorrência do evento climático do dia 18 de novembro de 2023, encontram-se ativas no período findo em 31 de março de 2025, 3.125 ações individuais e 19 ações coletivas ajuizadas por representantes Municipais e Ministério Público e Associação, nas quais são pleiteadas medidas liminares para providências de atendimento da distribuidora e fornecimento de informações e, ao final, a manutenção das medidas de atendimento bem como a condenação ao pagamento de valores a título de danos morais e materiais individuais e coletivos a serem apurados em momento processual oportuno, ou seja, quando ocorrerem decisões e/ou perícias. Dessa forma, para o período findo em 31 de março de 2025, para as ações individuais citadas, temos o valor total provável de perda de R\$ 7.190 e um risco possível de perda de R\$ 53.507. Quanto às ações coletivas, ainda não é possível estimar os valores das causas, pois estão sujeitas a perícias e decisões para liquidação do valor.

17.2.2 Processos fiscais

17.2.2.1 Temas federais

Imposto de renda retido na fonte - Emissão de *Fixed Rate Notes* (FRN)

Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de *Fixed Rate Notes* (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Em março de 2024, após o pedido da Companhia para exclusão da multa e dos correspondentes juros e encargos, conforme previsto pela Lei 14.689/2023, a Fazenda reduziu o valor em 56%. A Companhia segue discutindo o tema através de ação judicial. Em 31 de março de 2025 o valor envolvido é de R\$ 665.960.

17.2.2.2 Temas estaduais

No âmbito estadual, a Companhia discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$ 595.042 em 31 de março de 2025 (R\$ 573.742 em 31 de dezembro de 2024), que tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; (iv) comparação entre informes gerenciais, livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores; (v) quebra de diferimento de isentos (vi) cobranças de ICMS originadas da discussão dos consumidores com o Estado sobre a alíquota aplicável e sobre a incidência do ICMS na demanda contratada de energia; (vii) multa formal por erro no preenchimento da Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios ("DECLAN") e; (viii) ICMS referente a clientes baixa renda, receitas não tributáveis e aplicação de multa por não escrituração de notas fiscais.

No primeiro trimestre de 2025 a Companhia recebeu novo auto de infração relativo ao item (vii) acima no valor de R\$ 11.447 (valor já incluso no total supracitado).

17.2.2.3 Temas municipais

No âmbito municipal, a Companhia discute com os municípios de Niterói e Rio das Ostras temas referentes à Taxa de Uso de Solo e Empachamento que juntos somam o valor de R\$ 19.468, em 31 de março de 2025

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(R\$ 19.272 em 31 de dezembro de 2024). Quanto ao ISS há execução fiscal apresentada pelo município de Niterói, no montante de R\$ 3.709, em 31 de março de 2025 (R\$ 3.655 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia discute com os municípios de Rio Bonito e Itaboraí cobrança de Contribuição de Iluminação Pública. No primeiro trimestre de 2025 a Companhia recebeu dois novos autos de Itaboraí sobre CIP no valor de R\$ 13.058. O total atualizado em 31 de março de 2025 de todos esses casos, já incluindo os novos, é de R\$ 95.456 (R\$ 80.869 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 31 de março de 2025 de R\$ 43.421 (R\$ 41.678 em 31 de dezembro de 2024).

17.2.3 Processos regulatórios

Auto de Infração - AI nº 006/2024: Em 15 de abril de 2024, a Companhia recebeu AI sobre a qualidade de fornecimento após evento climático ocorrido em 18 de novembro de 2023. A Companhia apresentou recurso contra penalidade. O recurso foi recebido e analisado pela Superintendência da ANEEL a qual não acatou os argumentos apresentados e manteve a aplicação da multa no montante original de R\$ 54.054 (R\$59.059 atualizado até 31 de março de 2025). Com a decisão da Superintendência, esse processo foi encaminhado para a Diretoria da ANEEL para decisão do colegiado. A Companhia realizou reunião com o Diretor relator deste processo, para reforçar os motivos para reforma da decisão. Frente os argumentos apresentados, e o cunho jurídico destes, a assessoria da Diretoria da ANEEL encaminhou o processo para a Procuradoria Federal requerendo parecer dos pontos abordados pela Companhia. Em 04 de julho de 2024, a Companhia encaminhou memorando a Procuradoria reforçando os pontos da sua tese. Processo aguarda parecer da Procuradoria para, posteriormente, ser elaborado o voto pelo Diretor e ser encaminhado para votação no colegiado da diretoria da ANEEL. Em 31 de agosto de 2024 a Companhia obteve uma resposta da Procuradoria Geral Federal sob o Parecer 00139/2024PF/ANEEL/PGF/AGU, que concluiu pelo conhecimento e provimento parcial do recurso interposto pela Companhia, em face do AI nº 006/2024, a decisão da Procuradoria fortalece nossos argumentos em relação à adoção de um enquadramento que resultaria em uma redução da multa. Além disso, é importante destacar que, em nossa interpretação, a condicionante de vantagem auferida difere da premissa adotada pela Diretoria da ANEEL. Em 22 de outubro de 2024, através do Despacho 3.198 a ANEEL negou provimento ao recurso apresentado pela Companhia, mantendo a aplicação da multa. Diante desta decisão, em 11 de novembro de 2024, foi proposta ação anulatória com pedido liminar para suspender a exigibilidade da multa no valor de R\$ 59.059 (valor atualizado em 31 de março de 2025), até que a ação fosse julgada. No dia 14 de novembro de 2024 foi concedida liminar determinando a suspensão da exigibilidade da multa. O processo ainda se encontra em fase inicial.

18. Patrimônio líquido

18.1 Capital social

O capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, na forma do Art. 168 da Lei nº 6.404/76, por mera deliberação do Conselho de Administração, até o limite de R\$ 9.500.000, mediante a emissão das ações ordinárias correspondentes. O aumento dar-se-á sem direito de preferência aos acionistas, nas hipóteses dos incisos I e II do Art. 172 da Lei nº 6.404/76.”

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social é de R\$ 6.953.230, parcialmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.03.2025		31.12.2024	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	379.547.933	99,83%	379.406.698	99,83%
Outros	491.615	0,17%	632.850	0,17%
Total	380.039.548	100,00%	380.039.548	100,00%

18.2 Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente.

18.3 Reserva de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

18.4 Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do exercício, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes. Em 31 de março de 2025, todos os instrumentos derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa foram liquidados, dessa forma, não há saldo em outros resultados abrangentes.

	31.03.2025	31.03.2024
Outros resultados abrangentes - derivativos	-	(36.977)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	12.572
Instrumentos financeiros derivativos, líquido	-	(24.405)

18.5 Dividendos a pagar

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui saldo de dividendos a pagar, no montante de R\$ 236.821. O referido saldo será liquidado conforme disponibilidade de caixa da Companhia e não é prevista incidência de qualquer atualização monetária.

19. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2024 a 31.03.2024
Lucro líquido do período	49.806	28.350
Número de ações	389.407.507	389.407.507
Resultado - básico e diluído por ação (em Reais - R\$)	0,1279	0,0728

20. Receita líquida

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”) e é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas são reconhecidas no momento em que o controle é transferido ao cliente, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. Os faturamentos ocorrem em períodos bem próximos às entregas e prestação de serviços, portanto, não são esperadas alterações significativas nos preços das transações a serem reconhecidas em receitas de períodos posteriores à satisfação de obrigação de desempenho.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	01.01.2025 a 31.03.2025			01.01.2024 a 31.03.2024		
	Número de unidades consumidoras(*)	MWh(*)	R\$	Número de unidades consumidoras(*)	MWh(*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
<u>Classe de consumidores</u>						
Residencial	2.921.474	1.523.079	642.361	2.865.703	1.465.305	653.004
Industrial	3.570	25.846	180.117	3.529	32.148	131.931
Comercial	142.065	318.182	565.066	137.668	374.765	563.742
Rural	64.130	35.410	66.841	64.938	38.910	73.581
Poder público	14.420	124.599	205.161	14.115	119.562	179.229
Iluminação pública	2.581	125.032	68.313	2.619	131.394	68.068
Serviço público	3.566	17.339	50.777	3.378	47.906	87.366
Suprimento e revenda	6	99.396	15.631	6	103.538	13.193
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(1.428.451)	-	-	(1.353.281)
Total faturado	3.151.812	2.268.883	365.816	3.091.956	2.313.528	416.833
<u>Outras receitas originadas de contratos com clientes</u>						
Fornecimento não faturado	-	-	663.354	-	-	624.228
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	1.428.451	-	-	1.353.281
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	3.926	994.824	353.261	2.431	891.480	286.753
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD - consumidores cativos e livres	-	-	(32.602)	-	-	(26.135)
Total de receitas originadas de contratos com clientes	3.155.738	3.263.707	2.778.280	3.094.387	3.205.008	2.654.960
<u>Outras receitas</u>						
Subvenção de recursos da CDE	-	-	102.837	-	-	79.661
Subvenção baixa renda	-	-	81.414	-	-	69.949
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	(52.807)	-	-	(32.267)
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	161.834	-	-	118.176
Receita de construção	-	-	341.496	-	-	266.644
Outras receitas	-	-	28.291	-	-	2.178
Total de outras receitas	-	-	663.065	-	-	504.341
Receita operacional bruta	3.155.738	3.263.707	3.441.345	3.094.387	3.205.008	3.159.301
<u>Deduções da receita</u>						
Eficiência energética - P&D, FNDCT e EPE	-	-	(18.113)	-	-	(17.002)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(229.884)	-	-	(294.881)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(2.587)	-	-	24
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE	-	-	(2.512)	-	-	(2.256)
ICMS	-	-	(678.818)	-	-	(587.207)
COFINS	-	-	(164.938)	-	-	(165.466)
PIS	-	-	(35.809)	-	-	(35.846)
ISS	-	-	(968)	-	-	(1.259)
Total deduções da receita	-	-	(1.133.629)	-	-	(1.103.893)
Total	3.155.738	3.263.707	2.307.716	3.094.387	3.205.008	2.055.408

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



21. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

01.01.2025 a 31.03.2025							
	Nota	Custo	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas operacionais	Total
Pessoal		(48.885)	-	(10.064)	-	-	(58.949)
Material		(5.675)	-	-	-	-	(5.675)
Serviços		(130.736)	(5.938)	(17.133)	-	-	(153.807)
Energia elétrica comprada para revenda		(778.824)	-	-	-	-	(778.824)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	24	(16.069)	-	-	-	-	(16.069)
Encargos do uso do sistema de transmissão		(319.088)	-	-	-	-	(319.088)
Seguros		(5.621)	-	(25)	-	-	(5.646)
Depreciação e amortização		(193.272)	-	(15.771)	-	-	(209.043)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	-	(36.491)	-	(36.491)
Perda de recebíveis de clientes		-	-	-	(74.443)	2.104	(72.339)
Custo de construção		(341.496)	-	-	-	-	(341.496)
Provisões para processos judiciais e outros riscos		-	-	(34.777)	-	-	(34.777)
Receita de multas por impontualidade de clientes		-	-	-	-	21.923	21.923
Taxas e contribuições		(436)	-	-	-	-	(436)
Outras despesas operacionais		(18.726)	-	(3.018)	-	-	(21.744)
Total		(1.858.828)	(5.938)	(80.788)	(110.934)	24.027	(2.032.461)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



01.01.2024 a 31.03.2024

			Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas operacionais	Total
	Nota	Custo					
Pessoal		(50.101)	-	(8.222)	-	-	(58.323)
Material		1.532	-	(2.280)	-	-	(748)
Serviços		(149.478)	(5.725)	(17.429)	-	-	(172.632)
Energia elétrica comprada para revenda		(605.637)	-	-	-	-	(605.637)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	24	(14.230)	-	-	-	-	(14.230)
Encargos do uso do sistema de transmissão		(340.652)	-	-	-	-	(340.652)
Depreciação e amortização		(175.352)	-	(9.312)	-	-	(184.664)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	-	(57.505)	-	(57.505)
Perda de recebíveis de clientes		-	-	-	(43.421)	-	(43.421)
Custo de construção		(266.644)	-	-	-	-	(266.644)
Provisões para processos judiciais e outros riscos		-	-	(43.098)	-	-	(43.098)
Receita de multas por impontualidade de clientes		-	-	-	-	24.495	24.495
Outras receitas (despesas) operacionais		(19.449)	-	(1.656)	-	7.761	(13.344)
Total		(1.620.011)	(5.725)	(81.997)	(100.926)	32.256	(1.776.403)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31.03.2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



21.1 Custo do serviço de energia elétrica

21.1.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2024 a 31.03.2024
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE		(52.822)	(35.649)
Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR's		(466.595)	(396.542)
Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR's - partes relacionadas	24	(13.413)	(11.815)
Regime de Contas de Garantia - CCGF		(69.048)	(70.280)
Regime de Contas de Garantia - CCGF - partes relacionadas	24	(2.656)	(2.415)
Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear		(28.516)	(32.980)
Risco hidrológico		9.898	3.096
Exposição involuntária		(79.878)	-
Itaipu Binacional		(108.563)	(89.482)
Geração distribuída		-	(3.032)
Outros		(482)	(526)
(-) Crédito de PIS e COFINS		47.409	45.658
		(764.666)	(593.967)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA		(30.227)	(25.900)
Total		(794.893)	(619.867)

21.1.2 Encargos do uso do sistema de transmissão

		01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2024 a 31.03.2024
Uso da rede elétrica		(205.614)	(217.876)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS / EER		(56.759)	(69.723)
Encargos de conexão		(15.333)	(12.509)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD		(81.457)	(74.127)
(-) Crédito de PIS e COFINS		40.075	33.583
Total		(319.088)	(340.652)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



22. Resultado financeiro

	Nota	01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2024 a 31.03.2024
<u>Receitas financeiras</u>			
Renda de aplicações financeiras		4.133	5.249
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes		9.270	9.462
Dívida - marcação a mercado		596	686
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - marcação a mercado		-	561
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais		24.441	41.434
Atualização monetária dos depósitos judiciais		2.778	1.876
Atualização de créditos tributários	22.1	20.283	2.392
Outras receitas financeiras		2.937	249
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras		(5.083)	(4.957)
		59.355	56.952
<u>Despesas financeiras</u>			
Encargos de dívidas		-	-
Variação monetária de processos judiciais e outros		(59.784)	(24.327)
Encargos fundo de pensão		(3.602)	(7.163)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - marcação a mercado		(524)	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros		(4.798)	(38.898)
Encargos de mútuos		(146.096)	(153.948)
Cartas de fiança e seguros em garantia		(3.599)	(1.942)
Imposto sobre operações financeiras - IOF		(4.165)	(14.240)
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais		(24.345)	(34.239)
Juros sobre obrigações de arrendamento		(7.171)	(3.206)
Outras despesas financeiras		(37.003)	(14.039)
		(291.087)	(292.002)
<u>Variações cambiais líquidas</u>			
Variações cambiais de dívidas		25.030	(12.790)
Variações cambiais de instrumentos financeiros derivativos		(25.050)	12.780
Outras variações cambiais		(110)	35
		(130)	25
Total		(231.862)	(235.025)

22.1 Contempla a atualização dos créditos tributários relacionados ao tema do indébito tributário (tema 962), conforme detalhado na nota explicativa nº 23.1.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



23. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(a) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	01.01.2025 a 31.03.2025		01.01.2024 a 31.03.2024	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<u>Composição dos tributos no resultado:</u>				
<u>Na rubrica de tributos</u>				
Correntes	(4.415)	(1.594)	(3.138)	(1.135)
Diferidos	9.135	3.287	(8.350)	(3.007)
Total	4.720	1.693	(11.488)	(4.142)
<u>Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:</u>				
Resultado antes dos tributos	43.393	43.393	43.980	43.980
<u>Adições:</u>				
Gratificação a administradores	387	387	210	210
Perdão de dívida	-	-	1.787	1.787
Correção Monetária Especial - CME	-	41	-	49
Outras despesas indedutíveis	(26)	-	-	-
Multas indedutíveis	2.981	2.981	-	-
Remuneração das imobilizações em curso	(65.615)	(65.615)	-	-
Total das adições	(62.273)	(62.206)	1.997	2.046
Base de cálculo	(18.880)	(18.813)	45.977	46.026
Alíquota nominal dos tributos	15,00%	9,00%	15,00%	9,00%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10,00%	-	10,00%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	4.720	1.693	(11.488)	(4.142)
Total	4.720	1.693	(11.488)	(4.142)
Alíquota efetiva	10,88%	3,90%	26,12%	9,42%

(b) Imposto diferido:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

Nota	Balancos patrimoniais		Resultado		Outros resultados abrangentes	
	31.03.2025	31.12.2024	01.01.2025	01.01.2024	01.01.2025	01.01.2024
			a	a	a	a
	31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.03.2024	31.03.2025	31.03.2024
Tributos diferidos ativos:						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	402.211	365.208	37.003	34.315	-	-
Arrendamento - CPC 06 (R2)	4.045	3.565	480	(1.127)	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	922.502	925.081	(2.579)	(1.834)	-	-
Provisão para processos judiciais e outros riscos	281.952	264.441	17.511	1.998	-	-
Benefício pós-emprego	208.360	208.360	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(6.975)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - PL	-	956	-	-	(956)	(4.273)
Outras provisões	81.300	82.832	(1.532)	2.445	-	-
	1.900.370	1.850.443	50.883	28.822	(956)	(4.273)
Tributos diferidos passivos:						
Atualização do ativo financeiro da concessão	(908.524)	(853.500)	(55.024)	(40.179)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - Resultado	-	(16.563)	16.563	-	-	-
Outros	(288)	(288)	-	-	-	-
	(908.812)	(870.351)	(38.461)	(40.179)	-	-
Total	991.558	980.092	12.422	(11.357)	(956)	(4.273)

23.1 Em dezembro de 2024, a Companhia amparada nas avaliações de seus assessores legais registrou (i) imposto a compensar no montante de R\$ 78.783, de saldo negativo referente a reapuração do ano de 2022 e 1º e 2º trimestres do ano de 2023, e (ii) R\$ 536.631 de tributo diferido ativo referente a reapuração dos anos de 2021 a 2024, ambos relacionados com a exclusão da atualização financeira da Taxa SELIC sobre o indébito tributário, referido na nota explicativa nº. 14, em razão do posicionamento do Supremo Tribunal Federal – STF, no sentido de que não incidem IRPJ e CSLL sobre a parcela da Taxa SELIC na repetição de indébitos tributários (Tema 962). A Companhia em 2024, após discussões setoriais e pareceres jurídicos reavaliou o êxito obtido em ação judicial acerca do tema.

24. Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024.

A seguir são apresentados os saldos a receber e a pagar, e as receitas e despesas das transações, com efeito líquido por parte relacionada, envolvendo a controladora e demais empresas com controle comum.

24.1 Controladora (Enel Brasil)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Notas Explicativas

31.03.2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



		01.01.2025		01.01.2024	
		a		a	
		31.03.2025	31.12.2024	31.03.2025	31.03.2024
Natureza da operação	Vigência	Passivo	Passivo	Despesas	Despesas
Dividendos a pagar	Indeterminado	(236.821)	(236.821)	-	-
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura	Agosto de 2027	(22.644)	(21.761)	(1.555)	-
Mútuo	Vide nota 14	(4.376.734)	(3.772.318)	(135.900)	(132.163)
Prestação de serviço técnicos e gestão	Março de 2025	(147.560)	(138.242)	(9.319)	-
Prestação de despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações	Março de 2025	(108.249)	(104.492)	(42)	-
Comissão de fiança	Fevereiro de 2025	-	(297)	(90)	(160)
Total		(4.892.008)	(4.273.931)	(146.906)	(132.323)

24.2 Empresas de controle comum

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



		31.03.2025	31.12.2024	01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2024 a 31.03.2024
Natureza da operação	Vigência	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Despesas	Receitas (despesas)
<u>Benefício pós-emprego</u>					
Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS	Até o final da concessão	(184.062)	(194.392)	(3.602)	(7.163)
		(184.062)	(194.392)	(3.602)	(7.163)
<u>Suprimento de energia - CCEAR</u>					
EGP Cabeça de Boi S.A.		(186)	(161)	(338)	(311)
EGP Fazenda S.A.		(135)	(119)	(226)	(208)
EGP Morro do Chapeu I Eolica		(185)	(181)	(386)	(370)
EGP Morro do Chapeu II Eolica		(193)	(190)	(358)	(344)
EGP Mourão S.A.		(26)	(24)	(76)	(69)
EGP Paranapanema S.A.		(93)	(84)	(268)	(245)
EGP Salto Apiacas S.A.		(307)	(266)	(558)	(512)
EGP Ventos Santa Angela 01		(194)	(199)	(367)	(360)
EGP Ventos Santa Angela 02		(201)	(205)	(380)	(372)
EGP Ventos Santa Angela 03		(197)	(202)	(372)	(365)
EGP Ventos Santa Angela 04		(187)	(194)	(355)	(350)
EGP Ventos Santa Angela 05		(198)	(205)	(376)	(371)
EGP Ventos Santa Angela 06		(201)	(206)	(381)	(374)
EGP Ventos Santa Angela 07		(144)	(148)	(273)	(268)
EGP Ventos Santa Angela 08	Até o final da concessão	(181)	(187)	(343)	(338)
EGP Ventos Santa Angela 09		(176)	(183)	(336)	(332)
EGP Ventos Santa Angela 10		(170)	(176)	(323)	(318)
EGP Ventos Santa Angela 11		(161)	(167)	(306)	(301)
EGP Ventos Santa Angela 14		(170)	(175)	(321)	(316)
EGP Ventos Santa Angela 15		(189)	(194)	(357)	(351)
EGP Ventos Santa Angela 17		(185)	(191)	(351)	(345)
EGP Ventos Santa Angela 19		(172)	(177)	(326)	(321)
EGP Ventos Santa Angela 20		(194)	(199)	(367)	(360)
EGP Ventos Santa Angela 21		(170)	(175)	(322)	(317)
EGP Ventos Santa Esperança 13		(130)	(126)	(239)	(228)
EGP Ventos Santa Esperança 15		(127)	(124)	(235)	(225)
EGP Ventos Santa Esperança 17		(119)	(117)	(221)	(213)
EGP Volta Grande S.A.		(795)	(716)	(2.312)	(2.101)
EGP Zeus II-Delfina VIII		(188)	(188)	(352)	(3.414)
Enel Trading Brasil S.A.	Até dezembro de 2026	(1.613)	(1.103)	(4.670)	(232)
		(7.187)	(6.582)	(16.095)	(14.231)
<u>Compra e venda de estoque</u>					
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	Até dezembro de 2024	(1.176)	(1.176)	-	-
Companhia Energética do Ceará - COELCE	Até agosto de 2027	-	2.404	-	-
		(1.176)	1.228	-	-
<u>Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura</u>					
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.		2.175	2.928	-	-
Enel Green Power Volta Grande S.A.	Até agosto de 2027	781	781	-	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.		(170)	(170)	-	-
Companhia Energética do Ceará - COELCE		2.404	-	-	-
		5.190	3.539	-	-
<u>Prestação de serviços de desenvolvimento</u>					
Enel X Brasil S.A.	Até maio de 2028	(498)	(498)	-	256
		(498)	(498)	-	256
<u>Prestação de despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações</u>					
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	Até agosto de 2027	(216)	(571)	-	-
		(216)	(571)	-	-
<u>Reembolso de despesas de viagens</u>					
Endesa S.A.	Até dezembro de 2024	(230)	(237)	-	-
		(230)	(237)	-	-
<u>Reembolso expatriados</u>					
Enel Italia SPA		-	(653)	-	153
Enel North America INC	Até dezembro de 2025	-	-	-	-
Enel SPA		(614)	-	-	177
Enel Global Infrastructure And Networks S.r.l.		(901)	(932)	-	(453)
E-Distributie Muntenia S.A.		-	-	-	303
		(1.515)	(1.585)	-	180
<u>Mútuo</u>					
EGP Cachoeira Dourada S.A.		(47.806)	(46.309)	-	(1.228)
Enel CIEN S.A.	Vide nota 14	(244.576)	(236.591)	-	(6.331)
Enel Finance International NV		-	(313.481)	-	(16.736)
		(292.382)	(596.381)	-	(24.295)
Total		(482.076)	(795.479)	(19.697)	(45.253)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Suprimento de energia – CCEAR: Os contratos de suprimento de energia – CCEAR são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações.

Compartilhamento: O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de recursos humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem. Os contratos vencidos estão em processo de renegociação.

Mútuos: As informações sobre os contratos de mútuos, encontram-se detalhadas nos quadros da nota explicativa nº 14.

Remuneração da Administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024, encontra-se disposta no quadro abaixo. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2024 a 31.03.2024
Benefício de curto prazo (salários, encargos, benefícios, bônus)	904	516
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	142	57
Total	1.046	573

25. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



25.1 Instrumentos financeiros

25.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

			31.03.2025		31.12.2024	
	Categoria	Nível (a)	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	297.992	297.992	421.090	421.090
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	125	125	122	122
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	2.892.329	2.892.329	2.762.684	2.762.684
Depósitos vinculados	Custo amortizado	2	309.500	309.500	315.309	315.309
Ativo financeiro setorial	Custo amortizado	2	3.010	3.010	-	-
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	Valor justo por meio do resultado	3	1.256.572	1.256.572	950.857	950.857
Ativo financeiro indenizável (concessão)	Valor justo por meio do resultado	3	8.558.056	8.558.056	8.348.889	8.348.889
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	2	-	-	76.903	76.903
Total do ativo			13.317.584	13.317.584	12.875.854	12.875.854
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.444.406	1.444.406	1.345.459	1.345.459
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	4.669.116	4.684.563	4.055.223	4.024.976
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	Custo amortizado	2	-	-	681.091	674.319
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	207.382	207.382	127.816	127.816
Cauções em garantias	Custo amortizado	2	-	-	-	-
Passivo financeiro setorial	Custo amortizado	2	488.704	488.704	314.511	314.511
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	-	-	13.100	13.100
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	2	-	-	17.305	17.305
Total do passivo			6.809.608	6.825.055	6.554.505	6.517.486

(a) Conforme detalhado na nota explicativa 25.2 Hierarquia do valor justo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

As aplicações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

A movimentação é como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Derivativos

Saldo em 31 de dezembro de 2023	(294.982)
Juros provisionados	(38.898)
Variação cambial	12.780
Marcação a mercado no resultado	561
Marcação a mercado no patrimônio líquido	12.567
Pagamento de juros	45.384
Saldo em 31 de março de 2024	(262.588)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	46.498
Juros provisionados	(4.798)
Variação cambial	(25.050)
Marcação a mercado no resultado	(524)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	2.811
Recebimento de principal	(54.401)
Pagamento de juros	35.464
Saldo em 31 de março de 2025	-

25.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia adota as diretrizes do Sistema de Controle Interno e de Gestão de Riscos (SCIGR), definidas pela Holding Enel SpA, que estabelecem as normas para a gestão de riscos, incluindo políticas, procedimentos e sistemas. Essas diretrizes são aplicadas em todos os níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos enfrentados continuamente pelos negócios.

A supervisão desse sistema é realizada pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que conta com um comitê de controles e riscos. Este comitê apoia o conselho na avaliação dos controles internos e do sistema de gestão de riscos, além de auxiliar na aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para a Enel Brasil e suas subsidiárias, existe uma política específica de controle e gestão de riscos, revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração. Essa política segue os requisitos locais de gestão de riscos, garantindo aderência às práticas e regulamentações pertinentes.

Adicionalmente, a Companhia possui procedimentos organizacionais que tratam da gestão de riscos de forma abrangente. Esses procedimentos complementam as políticas específicas estabelecidas para riscos em diferentes funções corporativas ou linhas de negócio do grupo. Entre elas, destacam-se: a política de gestão de garantias, a política de controle de risco de commodity, a política de controle de risco de crédito e contraparte, a política de controle de risco financeiro, a política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), e a política de riscos e oportunidades relacionadas às mudanças climáticas, entre outras. Essas políticas incluem limites e indicadores que são monitorados regularmente.

A Companhia também conta com um Comitê de Riscos Local no Brasil, com o objetivo de garantir o envolvimento da alta gestão nas questões de risco significativas. O comitê oferece uma visão integrada da exposição a riscos atuais e futuros, além de assegurar a coordenação entre a unidade de Controle de Riscos (Risk Control Brazil) e as áreas responsáveis pelos processos de negócio relacionados aos riscos. Essa estrutura promove uma cultura em que o risco é considerado em todas as decisões e em todos os níveis da organização.

Por fim, a Companhia utiliza uma taxonomia homogênea de riscos, conhecida como 'catálogo de riscos', também definida pela Enel SpA. Este catálogo contempla seis macrocategorias de risco: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, compliance e operacional, além de 38 subcategorias de risco. Essa estrutura permite uma abordagem uniforme na identificação e gestão dos riscos que podem afetar os objetivos da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O SCIGR é composto por três linhas de defesa, com o objetivo de garantir uma gestão eficaz e eficiente. Nessa estrutura, as áreas de negócios formam a primeira linha de defesa, as áreas de Controles Internos e de Controle de Riscos atuam como segunda linha, e, finalmente, a Auditoria Interna representa a terceira linha de defesa. Cada linha tem um papel distinto na governança da organização, sendo responsável por informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos. A alta administração é informada pelas primeiras e segundas linhas, enquanto o Conselho de Administração (diretores) recebe as informações das segunda e terceira linhas.

A área de Controle de Riscos segue a norma internacional ISO 31000:2018 (G31000) e adota suas diretrizes para a gestão de riscos. Seu principal objetivo é identificar preventivamente riscos (endógenos e exógenos), analisá-los, avaliá-los e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização desses riscos. Além disso, promove o tratamento adequado por meio do suporte às áreas de negócio na definição de ações de mitigação e planos de ação, juntos com seus respectivos proprietários do risco (risk owners), garantindo as boas práticas de governança corporativa e a continuidade do negócio.

Embora o processo de gestão de riscos seja descentralizado, com cada gestor sendo responsável pelos riscos em seus respectivos processos de negócio, a área de Controle de Riscos desempenha um papel essencial no mapeamento e consolidação de riscos. Ela é responsável por integrar as informações de riscos de todas as unidades de negócio, alinhando-se aos princípios de governança de riscos do Grupo Enel e assegurando a manutenção adequada do processo. Essa abordagem facilita a visualização clara e a priorização dos riscos, apoiando a tomada de decisões estratégicas e a implementação de ações de gestão de riscos mais eficazes.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes ou do descumprimento das obrigações contratuais por parte de uma contraparte em um instrumento financeiro.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; (iii), ativo financeiro setorial; (iv) ativo contratual (infraestrutura em construção); e (v) ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de março de 2025 é:

	Nota	31.03.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	297.992	421.090
Títulos e valores mobiliários	b.1.1	125	122
Contas a receber de clientes	b.1.2	2.892.329	2.762.684
Depósitos vinculados	b.1.1	309.500	315.309
Ativo financeiro setorial	b.1.3	209.842	280.651
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	b.1.3	1.256.572	950.857
Ativo financeiro indenizável (concessão)	b.1.3	8.558.056	8.348.889
Instrumentos financeiros derivativos	b.1.4	-	46.498
Total		13.524.416	13.126.100

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

(b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Em 31 de março de 2025, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

Equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	31.03.2025	31.12.2024
AAA	271.336	407.987
AA	881	4.405
AA+	-	1.808
Total	272.217	414.200

Instrumentos financeiros derivativos	31.03.2025	31.12.2024
AAA	-	16.813
AA-	-	29.685
Total	-	46.498

(b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via "SMS", e-mail e "URA" (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva ("*Predictive Analytics*") possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

Além disto a Companhia tem buscado novos meios de pagamentos de forma a facilitar o pagamento das faturas pelos clientes, como o Cartão de Crédito e Carteiras Digitais, bem como realiza campanhas periódicas de incentivo ao cadastro na fatura digital e débito automático.

A área de Controle de Riscos da Companhia monitora o saldo de contas a receber, utilizando uma ferramenta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



de monitoramento de crédito. As informações geradas por essa ferramenta são reportadas mensalmente à diretoria por meio de um reporte de riscos, assegurando que a alta gestão esteja constantemente atualizada sobre o perfil de inadimplência e as ações corretivas necessárias.

(b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(b.1.4) Operação com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de swap vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia.

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	31.03.2025	31.12.2024
Empréstimos e financiamentos	4.669.116	4.736.314
Instrumentos financeiros derivativos	-	(46.498)
Dívida	4.669.116	4.689.816
Caixa e equivalentes de caixa	(297.992)	(421.090)
Títulos e valores mobiliários	(125)	(122)
Dívida líquida (a)	4.370.999	4.268.604
Patrimônio líquido (b)	8.493.751	8.442.090
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	33,98%	33,58%

O índice de endividamento em 31 de março de 2025 é de 33,98% (33,58% em 31 de dezembro de 2024), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A área de Controle de Riscos da Companhia monitora o gerenciamento do fluxo de caixa, de forma consolidada a nível Brasil, através de procedimentos regidos pela política de controle de risco financeiro, onde

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



há limite anual estabelecido para verificar o nível mínimo de caixa para asseguarção dos recursos financeiros. As informações geradas são reportadas mensalmente à diretoria por meio de um reporte de riscos, assegurando que a alta gestão esteja constantemente atualizada sobre o desempenho do fluxo de caixa e as ações corretivas necessárias.

A Companhia apresentou um caixa positivo gerado de suas atividades operacionais nos últimos exercícios.

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 31 de março de 2025 é de R\$ 80.000. Adicionalmente, a Companhia possui autorização da Aneel para a realização de mútuos com partes relacionadas, conforme Despachos N°s 2.979/2018, 1.923/2020, 647/2021, 902/2021 e 3.754/2021, no valor vigente de R\$ 4.068.000. A Companhia está buscando junto ao Regulador ampliar o limite para operações de mútuos financeiros nos próximos anos.

Do total de dívida no passivo circulante, parte significativa refere-se a créditos com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 3.275.595, que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados caso seja necessário.

A Companhia conta também com o apoio financeiro da Holding do grupo (Enel Spa) que, por meio da *Enel Finance International (EFI)*, disponibiliza recursos para financiar investimentos e capital de giro.

A capacidade de suporte é verificada por meio da posição positiva de caixa e liquidez em 31 de março de 2025 dos Controladores, e reforçada pela nota de risco de crédito do Grupo classificada como AAA (bra) pela Fitch.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros da Companhia, que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Nota	Menos de um mês	De um a três meses	De três a doze meses	De um a cinco anos	total
Fornecedores	12	1.392.388	16.190	26.863	8.965	1.444.406
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	14	352.582	275.881	3.220.432	1.365.250	5.214.145
Total		1.744.970	292.071	3.247.295	1.374.215	6.658.551

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A área de Controle de Riscos da Companhia monitora as flutuações nas taxas de juros e/ou outros indexadores, de forma consolidada a nível Brasil, através de procedimentos regidos pela política de cobertura das taxas de juros e da utilização de uma ferramenta de monitoramento das dívidas, onde há limite anual estabelecido. As informações geradas são reportadas mensalmente à diretoria por meio de um reporte de riscos, assegurando que a alta gestão esteja constantemente atualizada sobre o desempenho das flutuações das taxas de juros e as ações corretivas necessárias.

Em 31 de março de 2025, a Companhia possuía 100% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI).

Equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	31.03.2025	%	31.12.2024	%
Selic	-	0,00%	118	0,03%
CDI	272.217	100,00%	414.082	99,97%
Total	272.217	100,00%	414.200	100,00%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativo indenizável	31.03.2025	%	31.12.2024	%
IPCA	8.558.056	100,00%	8.348.889	100,00%
Total	8.558.056	100,00%	8.348.889	100,00%

Empréstimos, financiamentos e derivativos	31.03.2025	%	31.12.2024	%
CDI	4.669.116	100,00%	4.686.996	99,94%
Taxa fixa	-	0,00%	2.820	0,06%
Total	4.669.116	100,00%	4.689.816	100,00%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (cambio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos de ativos financeiros e dívidas da Companhia em 31 de março de 2025 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



		Projeção receitas financeiras - um ano				
Ativos financeiros	31.03.2025	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Selic		6,53%	9,79%	13,05%	16,31%	19,58%
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-
CDI		7,51%	11,27%	15,02%	18,78%	22,53%
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	272.217	20.443	30.679	40.887	51.122	61.330
IPCA		2,78%	4,17%	5,56%	6,95%	8,34%
Ativo financeiro indenizável (concessão)	8.558.056	237.914	356.871	475.828	594.785	713.742
Total	8.830.273	258.357	387.550	516.715	645.907	775.072

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota explicativa nº 14.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**Notas Explicativas**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Dívidas	31.03.2025	Projeção despesas financeiras - um ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI						
MÚTUO ENEL BRASIL 55	(885.714)	(27.313)	(37.179)	(46.754)	(56.056)	(65.101)
Mútuo Ampla - Enel BR 59	(94.885)	(7.838)	(11.077)	(14.220)	(17.271)	(20.236)
Mútuo Ampla - Enel BR 60	(37.496)	(3.190)	(4.471)	(5.713)	(6.919)	(8.091)
Mútuo Ampla - Enel BR 61	(17.496)	(1.111)	(1.556)	(1.989)	(2.408)	(2.816)
Mútuo Ampla - Enel BR 62	(37.362)	(3.142)	(4.418)	(5.655)	(6.857)	(8.024)
Mútuo Ampla - Enel BR 63	(87.242)	(590)	(828)	(1.059)	(1.284)	(1.503)
Mútuo Ampla - Enel BR 64	(56.025)	(372)	(525)	(673)	(818)	(958)
Mútuo Ampla - Enel BR 65	(431.770)	(35.234)	(49.976)	(64.274)	(78.157)	(91.647)
Mútuo Ampla - Enel BR 66	(314.002)	(26.562)	(37.285)	(47.686)	(57.784)	(67.597)
Mútuo Ampla - Enel BR 67	(36.976)	(3.054)	(4.317)	(5.541)	(6.730)	(7.886)
Mútuo Ampla - Enel BR 68	(61.590)	(5.087)	(7.190)	(9.230)	(11.211)	(13.135)
Mútuo Ampla - Enel BR 69	(28.333)	(2.411)	(3.378)	(4.317)	(5.228)	(6.114)
Mútuo I Ampla - CIEN	(86.339)	(3.127)	(4.334)	(5.505)	(6.643)	(7.749)
Mútuo II Ampla - CIEN	(109.977)	(4.740)	(6.592)	(8.389)	(10.134)	(11.830)
Mútuo III Ampla - CIEN	(48.260)	(2.392)	(3.343)	(4.265)	(5.161)	(6.032)
Mútuo II Ampla - CDSA	(47.806)	(2.253)	(3.194)	(4.108)	(4.995)	(5.858)
Mútuo Ampla - Enel BR 70	(58.726)	(4.938)	(6.944)	(8.889)	(10.778)	(12.613)
Mútuo Ampla - Enel BR 71	(58.882)	(3.629)	(5.128)	(6.582)	(7.994)	(9.367)
Mútuo Ampla - Enel BR 72	(1.412.503)	(88.624)	(124.592)	(159.484)	(193.365)	(226.295)
Mútuo Ampla - Enel BR 73	(58.794)	(3.645)	(5.142)	(6.594)	(8.004)	(9.375)
Mútuo Ampla - Enel BR 74	(117.114)	(8.035)	(11.356)	(14.576)	(17.704)	(20.743)
Mútuo Ampla - Enel BR 76	(103.447)	(7.840)	(11.072)	(14.208)	(17.252)	(20.211)
Mútuo Ampla - Enel BR 77	(36.356)	(234)	(333)	(429)	(523)	(614)
Mútuo Ampla - Enel BR 78	(118.988)	(765)	(1.090)	(1.405)	(1.712)	(2.011)
Mútuo Ampla - Enel BR 79	(51.683)	(332)	(473)	(610)	(744)	(873)
Mútuo Ampla - Enel BR 80	(133.659)	(1.737)	(2.472)	(3.187)	(3.881)	(4.556)
Mútuo Ampla - Enel BR 81	(35.797)	(465)	(662)	(853)	(1.039)	(1.220)
Mútuo Ampla - Enel BR 82	(101.897)	(1.324)	(1.885)	(2.429)	(2.958)	(3.473)
Total	(4.669.119)	(249.984)	(350.812)	(448.624)	(543.610)	(635.928)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

(b.4.2) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para a Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas.

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A Companhia também está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

Exposição às taxas de câmbio	Moeda estrangeira	31.03.2025
Fornecedores (Itaipu)	18.377	105.486
Passivo líquido exposto	18.377	105.486

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

A área de Controle de Riscos da Companhia também monitora as flutuações nas taxas de câmbio, de forma consolidada a nível Brasil, através de procedimentos regidos pela política de cobertura das taxas de câmbio. As informações geradas são reportadas mensalmente à diretoria por meio de um reporte de riscos, assegurando que a alta gestão esteja constantemente atualizada sobre o desempenho das flutuações das taxas de câmbio e as ações corretivas necessárias.

(b.4.3) Risco de preço Regulação

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa Aneel nº 1.003, de 1º de fevereiro de 2022), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública.

Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

(c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia da Companhia consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1009, de 22 de março de 2022, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

Um fator que impacta consideravelmente o nível de contratação é a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, e, até o momento, a empresa não possui em seu portfólio contratos vigentes que permitam essa redução. Além disso, a crescente instalação de centrais de geração distribuída na área de concessão da companhia também tem contribuído bastante para a elevação dos níveis de contratação.

A sobrecontratação advinda da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores. De igual maneira, com base na Lei 14.300, de 06 de janeiro de 2022, a Companhia também entende que a sobrecontratação provocada pela instalação de centrais de geração distribuída também é involuntária, e repassada aos consumidores.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 1009 de 2022 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD de energia existente e de energia nova.

26. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo estão descritos como segue:

	2027	2028	2029	2030	Após 2030
Compra de energia	8.031	2.607	2.674	2.817	36.666

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente ao período findo em 31 de março de 2025, que foram homologados pela ANEEL.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



27. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco, estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/24	31/10/25	12.074.880	6.284.546
Responsabilidade civil geral	31/10/24	31/10/25	N/A	115.775
Responsabilidade civil administradores	10/11/24	10/11/25	N/A	86.382
Riscos ambientais	31/10/24	31/10/25	N/A	125.691

Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

28. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa

28.1 Principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

Não impacta caixa	01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2024 a 31.03.2024
Compensações de PIS e COFINS (ICMS)	(104.945)	(113.341)
Total	(104.945)	(113.341)

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Pagamento de juros	01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2024 a 31.03.2024
Apresentados nas atividades operacionais	(19.679)	(25.051)
Apresentados nas atividades de investimento (juros capitalizados)	-	-
Total	(19.679)	(25.051)

28.2 Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das informações financeiras intermediárias avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2025

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Efeito caixa		01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2024 a 31.03.2024
	Nota		
Atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	14	468.516	990.778
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	14	(636.505)	(750.000)
Pagamento de arrendamento (principal)		(15.429)	(10.183)
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)		54.401	-
Total		(129.017)	230.595

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentários sobre o comportamento das Projeções Empresariais

a. objeto da projeção

Em novembro de 2024, o Grupo Enel apresentou a atualização do plano estruturado de ações divulgado originalmente em setembro do mesmo ano, que visa reforçar a resiliência da sua rede elétrica para enfrentar os crescentes desafios climáticos, além de garantir a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos clientes da área de atuação da Companhia. As medidas, que começaram a ser implementadas de ao longo de 2024, têm o objetivo de satisfazer as necessidades de fornecimento de energia dos consumidores.

O plano tem o respaldo dos acionistas controladores da Companhia e prevê investimentos de R\$ 6,1 bilhões no período de 2025 a 2027 em toda a área de concessão, representando um crescimento de 74% versus o plano anterior, que totalizava R\$ 3,5 bilhões de investimentos previstos para o período de 2024 a 2026. Um ponto relevante do plano compartilhado inclui a contratação, neste período, de 2.045 novos colaboradores para atuar, principalmente, na operação em campo até 2027.

Dentre as iniciativas apresentadas anteriormente pela Enel Rio, além do reforço significativo das equipes de profissionais próprios que atuam em campo, foi destacada a intensificação das manutenções preventivas, o aumento do número de podas preventivas e modernização da rede elétrica.

No período de 2025 a 2027, será dada a sequência na previsão de realização de 1,3 milhão de podas, inspeções em mais de 120 mil km de redes de baixa e médias tensão. Além disso, estão em curso a modernização, construção e ampliação de subestações que trarão benefícios aos consumidores. A Companhia também irá construir mais de 89 km de rede de alta tensão para apoiar os novos pontos de suprimentos. Além da alta tensão, até 2027, cerca de 210 km de média e baixa tensão serão substituídos, sendo instaladas em parte deles as chamadas redes compactas, mais resistentes. De material, mais de 700 equipamentos de tele controles serão instalados tornando o serviço mais eficiente.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Início em 2025 até o final de 2027 com validade até a materialização do total de investimentos, substituição ou atualização por nova projeção.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Premissas baseadas no plano estratégico da Holding e controladora indireta (Enel SpA e Enel Americas respectivamente), que incluem os investimentos por região previstos para o triênio 2025-2027.

Do ponto de vista da Companhia, tais premissas podem ser influenciadas principalmente pelo desenvolvimento da operação, incluindo a supervisão e execução dos contratos de serviços.

Dentre as variáveis que escapam do controle da Administração, destacam-se: (i) fatores macroeconômicos, tais como câmbio, taxa de juros e inflação; (ii) eventuais mudanças regulatórias locais; (iii) condições de mercado, incluindo preço de insumos, serviços e matérias-primas, prestadores de serviços, fornecedores e demais riscos do item 4.1 do Formulário de Referência.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

O plano tem o respaldo dos acionistas controladores da Companhia e prevê investimentos de R\$ 6,1 bilhões no período de 2025 a 2027, em toda a área de concessão, para uma melhoria contínua do fornecimento de energia.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

e. Acompanhamento das projeções

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	1T25	1T24	Var. %	4T24	Var. % (1)
Manutenção	122.773	110.009	11,6%	107.526	14,2%
Crescimento	82.402	45.259	82,1%	124.073	-33,6%
Novas Conexões	96.403	127.631	-24,5%	117.478	-17,9%
Financiado pela Companhia	301.578	282.900	6,6%	349.077	-13,6%
Financiado pelo Cliente	12.515	2.549	>100,0%	22.846	-45,2%
Total	314.093	285.448	10,0%	371.923	-15,5%

(1) Variação entre 1T25 e 4T24

Durante o 1T25, o Grupo implementou mudanças relacionadas à mudança de taxonomia de algumas rubricas de investimentos. Desta forma, os números do 1T24, bem como os demais trimestres de 2024, foram reclassificados para fins de comparação. Cabe destacar, que o montante total permanece o mesmo alterando apenas os valores entre classes.

A Companhia investiu no 1T25 o total de R\$ 314,1 milhões na área de concessão, voltados para atividades de manutenção e novas conexões, montante 10,0% ou R\$ 28,6 milhões superior ao valor registrado no 1T24.

De forma geral, os investimentos em Crescimento da Rede e Novas Conexões contribuem positivamente para redução no custo de manutenção. Tais investimentos visam a modernização e aprimoramento das condições de fornecimento e, embora não sejam enquadrados na categoria manutenção, são melhorias que resultam em um menor número de falhas, que por consequência, resultam em menores manutenções.

Do total investido no trimestre, destacam-se: (i) as atividades de manutenção, onde foram alocados R\$ 122,8 milhões, dos quais R\$ 102,5 milhões direcionados para as para as atividades relacionadas a manutenção corretiva, e (ii) as atividades de crescimento, onde foram investidos R\$ 82,4 milhões, com destaque para atividades voltadas ao programa de redução de perdas (R\$ 25,6 milhões).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações trimestrais - ITR
Ao Conselho de Administração e Acionistas da Ampla Energia e Serviços S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais – ITR da Companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatórios, datados de 26 de fevereiro de 2025 e 29 de abril de 2024, respectivamente, que não contiveram nenhuma modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 29 de abril de 2025

Forvis Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

Tiago de Sá Barreto Bezerra Contador
CRC 1CE 024436/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 33.050.071/0001-58, com Avenida Oscar Niemeyer nº 2000, Bloco 01, Sala 701, Santo Cristo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, das disposições constantes nos incisos V e VI do §1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Forvis Mazars Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as Informações Financeiras Intermediárias da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2025.

Francesco Moliterni
Diretor-Presidente

Michelle Rodrigues Nogueira
Diretora de Administração, Finanças, Controle e Relação com Investidores

Alain Rosolino
Diretor de Pessoas e Organização

Francesco Moliterni
Diretor de Relações Institucionais

Francesco Moliterni
Diretor de Comunicação

Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora de Regulação

Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora Jurídica

José Luis Salas Rincon
Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes

Luiz Flavio Xavier de Sá
Diretor de Mercado

Vago
Diretor de Compras

Vago
Diretor de Engenharia e Construção

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 33.050.071/0001-58, com Avenida Oscar Niemeyer nº 2000, Bloco 01, Sala 701, Santo Cristo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, das disposições constantes nos incisos V e VI do §1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Forvis Mazars Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as Informações Financeiras Intermediárias da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2025.

Francesco Moliterni
Diretor-Presidente

Michelle Rodrigues Nogueira
Diretora de Administração, Finanças, Controle e Relação com Investidores

Alain Rosolino
Diretor de Pessoas e Organização

Francesco Moliterni
Diretor de Relações Institucionais

Francesco Moliterni
Diretor de Comunicação

Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora de Regulação

Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora Jurídica

José Luis Salas Rincon
Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes

Luiz Flavio Xavier de Sá
Diretor de Mercado

Vago
Diretor de Compras

Vago
Diretor de Engenharia e Construção